

Notas e Recensões

A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA

A Biblioteca do Instituto de Geografia da Faculdade de Leiras da Universidade do Porto em funcionamento desde Novembro de 1983, encontra-se instalada no edifício desta Faculdade, juntamente com a mapoteca e o centro de micro-computação do mesmo Instituto.

O conjunto de obras, hoje possível de consultar pelo público em geral mas destinado mais directamente aos discentes e docentes do curso de Geografia, ronda os 800 volumes. Os espécimes, de proveniência diversa, são ofertas na sua quase totalidade, quer de instituições particulares ou organismos oficiais, quer de professores e alunos. Encontramos assim, os estudos monográficos ou as publicações periódicas dos principais centros de investigação portugueses, que se dedicam directamente aos estudos geográficos ou das áreas mais próximas da Geografia: da Geologia, da Climatologia, da História ou da Sociologia.

A biblioteca do Instituto procura ajudar a ultrapassar, ainda que deficientemente pela sua curta existência e pela falta de meios que a atingem, três importantes dificuldades com que o público utente se debate: a inexistência de um corpo de fontes (em especial, estatísticas), a ausência de obras básicas de Geografia (manuais, atlas, etc.) e informação actualizada de bibliografia geográfica nacional e estrangeira. De cada conjunto, haverá já o minimamente indispensável ou pelo menos o complementar ao existente na Biblioteca Central da Faculdade, nas bibliotecas das outras secções ou institutos e na Biblioteca Pública Municipal do Porto, tanto para os básicos exercícios curriculares no âmbito da licenciatura como para os estudos de investigação.

Aos ficheiros onomásticos (onde encontramos referência aos artigos insertos em publicações periódicas ou em obras de conjunto) e temática (em fase de preparação), somamos um segundo onomástico, com informação de todas as obras entradas no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, desde 1982 e periodicamente actualizado.

O grupo de trabalho, a cargo de quem tem estado a organização da biblioteca, constituído em Novembro de 1981 e composto pelos docentes Álvaro Domingues, António de Souza Sobrinho, João Carlos Garcia, Maria Madalena Fonseca, Nicole Devy-Vareta e Teresa Sá Marques, tem contado com a indizível ajuda da Sr.^a D. Maria de Jesus Barros Pinto, técnica auxiliar de 1.^a classe da Faculdade de Letras, a quem aqui deixamos um agradecimento profundo.

Diríamos finalmente que, apesar de todas as deficiências e dificuldades, a procura cada vez maior dos serviços da biblioteca do Instituto de Geografia é um estímulo para que a tarefa empreendida prossiga.

Porto, Junho de 1986

João Carlos Garcia

SOBRE A REEDIÇÃO DE *A ARRÁBIDA, ESBOÇO GEOGRÁFICO*, DE ORLANDO RIBEIRO

A Arrábida ensinada de viva voz aos geógrafos portugueses pelo Prof. Orlando Ribeiro é agora possível de visitar pela prosa, graças à reedição que oportunamente a Câmara Municipal de Sesimbra e a Liga Para a Protecção da Natureza acabam de fazer de *A Arrábida, esboço geográfico*¹ «Homenagem ao Prof. Orlando Ribeiro, pelos 50 anos (1939-1985) da obra *A Arrábida, esboço geográfico* no âmbito do debate sobre a Conservação da Costa da Arrábida Espichei, realizada em Sesimbra em 8 de Março de 1986» — lê-se na página de rosto. A nova edição é prefaciada pelo Prof. Fernando Catarino da Faculdade de Ciências de Lisboa e inclui em apêndice a «Excursão à Arrábida», artigo publicado pelo autor em 1968, na revista *Finisterra*².

Foi em 1935 que o jovem Orlando Ribeiro, licenciado em História e Geografia três anos antes e bolseiro da Junta de Educação Nacional, apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a sua dissertação de doutoramento, defendida perante um júri presidido por João da Silva Correia e do qual fazia parte Luís Schwabach, o sucessor de Silva Telles no ensino da Geografia em Lisboa.

Dois anos depois, *A Arrábida, esboço geográfico* vem a lume na *Revista da Faculdade de Letras*³, no mesmo número em que Orlando Ribeiro publica uma recensão crítica à participação de Max. Sorre sobre Portugal na *Géographie Universelle* dirigida por Vidal de la Blache e L. Gallois⁴.

A Arrábida foi depois esquecida pelo autor como estudo de geografia, sobretudo como tese doutoral. Eram então os anos de Paris... «e claro, quando cheguei não disse a de Martonne que era doutorado». Havia em especial e finalmente que aprender com os grandes mestres.

«Primeiro trabalho, escrito com clareza elegância, mas distante, no método e no valor das observações, dos estudos posteriores do A.» — segundo as palavras de H. Lautensach⁵. Era essa também a opinião do Prof. Orlando Ribeiro, que nos falava sempre muito da Arrábida-serra e dos trabalhos de campo preparativos do estudo e muito pouco da sua prosa. «Ayant la firme intention de compléter ailleurs sa formation

¹ Sesimbra, 1986, 103 p.

² *Finisterra*, Lisboa, III, 6, 1968, p. 257-273. Síntese elaborada como texto-guia de uma das excursões do I Seminário Internacional de Geografia (Lisboa, Março de 1967). Diz o autor no fim da pequena introdução: «Como não mais deixei de interessar-me pelo meu primeiro terreno de estudo e como aí dirigi numerosas excursões, fui acumulando observações e interpretações, condensadas na presente notícia.» (p. 257).

³ *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, IV, 1-2, 1937, p. 51-131.

⁴ «Max Sorre — Portugal», *ibid.*, p. 399-403. Sobre as fontes e os métodos de M. Sorre, comenta: «... hoje geografia não é turismo nem colectânea de elementos de segunda mão.» (p. 399) E mais adiante: «...nada avança sobre o conhecimento do país (...) tal como está, não o honra [o autor], nem à ciência francesa e a nós em nada aproveitamos.» (p. 403).

⁵ *Bibliografia Geográfica de Portugal*, I, Lisboa, 1948, p. 197.

de géographe, il décide de marquer sa position en se doctorant. Il était conscient de l'insuffisance de sa préparation à la recherche, mais savait qu'elle était pourtant supérieure à celle de ceux qui allaient le juger.»⁶

O doutoramento, impensável hoje de fazer três anos depois da licenciatura e aos 24 anos de idade, teria então as suas facilidades já pelo nível de ensino e da investigação entre a maioria dos docentes universitários, já pela escassa bibliografia existente. Isto quer dizer que era possível e bastante fácil escrever sobre os *Frutos maravilhosos da árvore nacional*⁷ mas bastante mais difícil constituir um estudo sério de Geografia regional, ainda que sobre uma pequena área, no Portugal então geograficamente desconhecido.

Se os artigos publicados por Orlando Ribeiro antes de 1937 denotam a forte influência dos estudos humanísticos, da História, da Etnologia, da leitura dos clássicos da Geografia, *A Arrábida* é um excelente estudo de Geografia física, e os trabalhos futuros neste campo farão do autor um nome maior da Geomorfologia e Vulcanologia portuguesas⁸.

Em *A Arrábida* está presente Ernest Fleury, geólogo suíço, professor do Instituto Superior Técnico, cujas aulas de campo Orlando Ribeiro seguiu com interesse durante ano e meio, mas está sobretudo o gosto de praticar Geografia em contacto com a Terra. *A Arrábida* será sempre *a excursão*:

«É com saudade que evoco também a travessia da serra da Arrábida, de Azeitão ao Portinho, com estação obrigatória no convento, quando Orlando Ribeiro preparava a sua tese de doutoramento. De sacola às costas e martelo em punho, aqui quebrando uma pedra, acolá examinando um seixo, lá íamos seira acima, falando de tudo e até do Materialismo Histórico que já nessa época era moda defender e contestar, na Faculdade. Depois, diante do santo de boca encadeada e cilícios remissivos, tempo de meditação.»⁹ — Excursão recordada por Viegas Guerreiro, por Agostinho da Silva («O Orlando... homem danado, sabe. Quando fomos à Arrábida...»), por todos quantos pararam em Azeitão, no castelo de Sesimbra, no Portinho para ouvir a Arrábida contada aos novos e recordada aos velhos por Orlando Ribeiro.

Partimos pela manhã, a preparar uma das excursões do II Colóquio Ibérico de Geografia que começava daí a poucos dias em Lisboa (Outubro de 1980). Falou-nos todo o dia em castelhano; preparação era preparação. No fim, quatro palavras metodicamente apontadas no caderno de campo para ver a tradução, eram as falhas de vocabulário de seis horas de discurso geomorfológico, biogeográfico, etnológico... sobre a Arrábida a fazer aos desprevenidos congressistas espanhóis.

A «pequena unidade natural perfeitamente individualizada, que suscita sempre curiosidade pelo vigor das formas, pela originalidade da vegetação, pela variedade da ocupação humana»¹⁰, vinha sendo, desde o fim do século passado, alvo de estudos de

⁶ FEIO, Mariano — «La rénovation par Orlando Ribeiro de la Géographie au Portugal et les débuts du Centre d'Études Géographiques de Lisbonne» in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, I, Lisboa, 1984, p. 32.

⁷ *Frutos maravilhosos da árvore nacional. Esboço histórico-geográfico* de Luís Schwalbach, Lisboa, 1938, 93 p. «On y sent la préoccupation de faire de la littérature — d'ailleurs mauvaise» (M. Feio — *Op. cit.*, p. 29)

⁸ «Ora eu próprio me considero um naturalista e nas Ciências Naturais adquiri a base da minha formação de geógrafo.» — dirá em «Ciência e Humanismo. Reflexões sobre uma experiência» [*Brotéria*, Lisboa, 117, 4, 1983, p. 252], a propósito de uma pretendida especial contribuição sua para a Geografia humana de Portugal. ⁹ GUERREIRO, M. Viegas — «Etnografia e Geografia: Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro» in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, I, Lisboa, 1984, p. 70. ¹⁰ RIBEIRO, Orlando — «Excursão à Arrábida», *op. cit.*, p. 257.

naturalistas, como os de Jules Daveau ou Paul Choffat, mas a sua visita com fins pedagógicos cedo foi também empreendida. Orlando Ribeiro cita em nota de rodapé «Uma excursão à serra da Arrábida» (1903) de Sousa Gonçalves¹¹, mas encontramos com data posterior (1940), ainda que com o mesmo título, uma descrição bem mais pitoresca, publicada na *Ilustração Portuguesa* e assinada por Pedro Fazenda, de um passeio de estudo do Curso Superior de Letras à serra, sob a direcção de Silva Telles e José Maria Rodrigues e que contava entre os alunos Damião Peres e Avelino Rodrigues¹².

Silva Telles evocará a Arrábida e Sintra num dos seus mais densos e conseguidos artigos publicados, nos «Aspectos geográficos e climáticos» inserto na colectânea *Portugal*, feita para a Exposição Portuguesa em Sevilha, em 1929. São das serras «mais belas de Portugal e podem ser consideradas como verdadeiras maravilhas da natureza. Apresentam-se como pilares de resistência na parte mais valiosa da periferia portuguesa e como sentinelas guardando as entradas do Tejo e do Sado.»¹³ As duas estudará Orlando Ribeiro, as duas continuarão a ser estudadas pelos seus discípulos.

«Por mim direi que não conheço em Portugal nenhum outro lugar onde, em tão pequeno espaço, se possam contemplar tão variados aspectos naturais. Esta riqueza de paisagens se por um lado dificulta muito o estudo geográfico da região, por outro compensa o investigador com a diversidade de ensinamentos que lhe proporciona.»¹⁴ *A Arrábida, esboço geográfico* estrutura-se necessariamente com base na cartografia e bibliografia existentes, no trabalho de campo, na procura de soluções para as hipóteses do autor.

Os mapas topográficos são poucos: a folha n.º 38-B da *Carta de Portugal (1:50.000)* e uma curiosa *Carta topográfica militar do terreno da península de Setúbal (1:30.000)*, de 1813-1816, onde a representação do relevo é «mais pitoresca do que rigorosa». A grande ferramenta são as cartas e os cones de Paul Choffat e finalmente, para grandes visões de conjunto e enquadramento dos diversos fenómenos no lodo do país, as *Carias Elementares de Portugal* de Bernardino de Barros Gomes, onde uma cartografia temática com rigor científico, ainda que de pequena escala, é pela primeira vez conseguida¹⁵. Todas estas fontes, referidas e comentadas, não se reproduzem porém ao longo do texto, como não encontramos também qualquer cartografia elaborada

¹¹ *Annaes da Academia de Estudos Livres*, Lisboa, 1903.

¹² «Na tarde de 21 de Janeiro último, os alunos do Curso Superior de Letras, sob a direcção do sr. dr. Silva Telles, e acompanhados do sr. dr. José Maria Rodrigues, embarcaram na estação do Terreiro do Paço com destino à serra da Arrábida, naturalmente indicada para início de estudos práticos de geografia genética.» A excursão desembarca no Barreiro, toma o comboio para Pinhal Novo e vai dormir a Setúbal. Na manhã seguinte, percurso ao longo da costa de «gasolina» enquanto o «dr. Silva Telles preleccionava sobre as divagações do Sado, phenomenos de torsão, tectonicos, de accumulção, e todas as differentes causas e effeitos dos variadissimos aspectos da serra». Caldeirada no Portinho, visita a Sesimbra e ao seu castelo e grande passeio de volta da serra. Noite de baladas no Portinho e na manhã seguinte visita à Lapa de Santa Margarida e ao Convento Velho. Subida ao Formosinho: «Não há vereda alguma e precisamos passar sobre plantas rasteiras, agarrados ao solo em absoluta continuidade.» Descida a Azeitão «Abundantissimo lunch» antes de seguirem à capital. (*Ilustração Portuguesa*, Lisboa 209, Fev. 1910, p. 251-256.

¹³ II, Lisboa, 1929, p. 35.

¹⁴ RIBEIRO, Orlando — *A Arrábida...*, p. 8.

¹⁵ Sobre as *Cartas Elementares de Portugal* e o seu autor, publicará Orlando Ribeiro dois artigos: «Barros Gomes, Geógrafo», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa II, 1, 1934, p. 104-112 e «Cartas Elementares de Portugal de Bernardino de Barros Gomes (1878)», *Finisterra*, Lisboa, XIII, 26, 1978, p. 226-229.

pelo autor, uma das grandes lacunas neste primeiro trabalho sobre a área¹⁶. A bibliografia geográfica consultada divide-se entre as poucas obras da escola nacional (Barros Gomes, Silva Telles, Amorim Girão) e as de autores estrangeiros que mais directamente se relacionam com o tema ou fundamentam a construção teórica do «esboço geográfico». «Os primeiros cultores da geografia humana preocupam-se sobretudo em indicar a acção preponderante das condições naturais sobre o homem. Hoje é costume reagir contra esta tendência e, ao invés, mostrar que as formas de actividade humana, relacionadas embora com o ambiente natural, são muitas vezes independentes dele (...) a solução estaria num bem equilibrado ecletismo (...) Há que tomar em conta a maior complexidade dos factos, a contingência que sempre se liga ao que é humano — 'tout ce qui touche a l'homme est frappé de contingence' ensina Mestre Vidal de la Blache —, e a relativa imprecisão com que muitas vezes se manifesta a acção das condições naturais.»¹⁷ Mestre Vidal de la Blache é assim citado através dos seus *Principes de Géographie Humaine*, pontificando ao pequeno capítulo de Geografia humana. A sua influência e importância ganharão cada vez mais força na obra de Orlando Ribeiro. Mas o que ressalta da maioria das outras referências bibliográficas, é a espantosa qualidade e actualidade da informação: «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica» (1931) e «Die länderkundliche Gliederung Portugals» (1932) de H. Lautensach, *L'Homme et la Montagne* de J. Blache (1933), *Géographie Générale des Mers* de C. Vallaux (1933)¹⁸, *Sintesis Fisiográfica y Geológica de España* de E. Hernandez Pecheco (1934)¹⁹. Já então as obras básicas e ricas de hipóteses que se discutem e se aproveitam com proveito e como exemplo. Já então se «perpassam nulidades», conhecidas mas propositadamente esquecidas.

No estudo detalhado da área, ao contributo do botânico Jules Daveau²⁰ junta os dos geólogos Carlos Ribeiro, Ernest Fleury e Paul Choffat. Sobre o *Essai sur la Tectonique de la Chaîne de l'Arrábida* (Lisboa, 1908) deste último, diz: «Trabalho fundamental de estratigrafia e tectónica que me serviu de base no estudo fisiográfico da região»²¹. Estudos de sismologia e de alteração do litoral completam a base bibliográfica do quadro físico.

Para os «aspectos de geografia humana», o consultado é sobretudo histórico: Costa Lobo, Herculano, David Lopes, as *Memórias Económicas da Academia* e, finalmente, as poucas monografias existentes da região, «...a serra é pequena e pode bem correr-se a pé!» — os aspectos de Geografia humana da Arrábida escrevem-se conversando com quem a habita e a conhece. Leite de Vasconcelos está também aqui, na recolha do material etnográfico, nas reflexões da antropologia cultural. _____

¹⁶ «As dificuldades materiais não permitem que este esboço vá acompanhado de mapas, desenhos e fotografias, hoje indispensáveis em trabalhos desta índole.» (*A Arrábida...*, p. 8) Um esboço estrutural e um esboço morfológico, bem como vários cortes geológicos, feitos em colaboração com Suzanne Daveau, ilustrarão a síntese feita no artigo «Excursão à Arrábida» (*op. cit.*, p. 260-261 e 264).

¹⁷ RIBEIRO, Orlando — *A Arrábida...*, p. 60.

¹⁸ Obra sobre a qual A. A. Mendes Corrêa publicara no ano anterior uma recensão nos *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*: «Vallaux e a Geografia geral dos mares» (Porto, 5, 1934).

¹⁹ Título a que Orlando Ribeiro acrescenta «[y Portugal]» em nota de rodapé, a p. 43 de *A Arrábida...*

²⁰ Sobre Jules Daveau e a sua obra ver: «Jules Daveau, botânico francês ao serviço de Portugal» de Orlando RIBEIRO (*Diário de Notícias*, Lisboa, 8/7/1980, p. 2) e «Jules Daveau, sa vie et son oeuvre géobotanique» de Suzanne DAVEAU (*Revista de Biologia*, Lisboa, 12, 1983, p. 367-384) ²¹ RIBEIRO, Orlando — *A Arrábida...*, p. 14.

Para quem sempre considerou o *Alto Trás-os-Montes* (Coimbra, 1932) de Virgílio Taborde o modelo acabado de um estudo de Geografia regional, *A Arrábida, esboço geográfico* sempre foi um trabalho menos conseguido: «O trabalho que ora se publica é uma singela contribuição para o conhecimento da Geografia regional de Portugal (...) apesar de se referir a uma pequena região natural, não longe de Lisboa e com meios de comunicação relativamente fáceis, foi-me impossível dispor de tempo bastante para recolher mais minuciosa documentação e alargar os acanhados limites em que o trabalho se contém. Mais tarde, se puder, voltarei ao assunto e tratarei alguns aspectos com maior desenvolvimento. O capítulo sobre Geografia humana, por exemplo, pouco mais é do que um programa de futuros estudos.»²²

Dos seis capítulos que constituem a obra, cinco são dedicados às características físicas: «Arquitectura do solo», «Factores do relevo», «Formas do relevo», «O litoral», «Clima e vegetação» e um único dedicado a «Alguns aspectos de geografia humana». Os dois primeiros servem de base, ao explicarem aspectos da estrutura e da tectónica da orogenia e da sismologia, bem como da natureza das rochas ou da erosão, à individualização e caracterização de cada unidade (a Serra do Risco, as Colinas de Setúbal, a pré-Arrábida) e a cada troço do litoral (a Costa Ocidental e Cabo Espichei. De Alperuche a Setúbal). «O Cabo [Espichel] propriamente dito é resto de um anticlinal de estratos muito levantados (...) É impressionante ver, do limite do planalto, a mais de 100 metros de altitude, o mar impetuoso quebrar em franjas de espuma na base da arriba quase vertical. As rochas desta zona, calcários e dolomias compactas, duras e resistentes, têm a superfície coberta de rugosidades em todos os sentidos. Ao lado da erosão em grande escala das torrentes e da vagas, que desprende enormes blocos da muralha rochosa, desenvolve-se outra de menores proporções, mas que, pelo alargamento das diáclases e juntas do calcário, também contribui para a demolição do continente.»²³

A falta de dados e a inexistência de bibliografia climatológica, para além de obras muito gerais como *The Climate of Portugal* (1914) de D. Dalgado ou as considerações de Silva Telles em «Aspectos geográficos e climáticos» (1929), forçaram o autor a cingir-se «a observações pessoais e informações colhidas entre os habitantes.» A vegetação pelo contrário, já largamente estudada, é alvo de uma descrição cuidadosa e atenta, onde a prosa tem, estilisticamente, algumas das suas melhores passagens: «O maciço vegetal é impenetrável: as copas tocam-se, os troncos entrelaçam-se, os arbustos prendem-se uns aos outros, as trepadeiras e silvas enleiam-se; de tal forma que há plantas mortas e desenraizadas, com o tronco a apodrecer, que se conservam de pé por não terem espaço onde cair. Reina um silêncio profundo e uma luz amortecida.»²⁴

O estilo é aqui e já, a característica mais marcada e marcante da prosa científica de Orlando Ribeiro. Nas palavras de Fernando Catarino: «o rigor de análise do quadro físico, natural e humano da Arrábida e uma espantosa capacidade de transmitir ciência, com previsão e argúcia, numa linguagem simples, mas cheia de cromatismo e de grande beleza literária.»²⁵ Cromatismo e beleza literária que se conseguem e se depuram nos aspectos da Geografia humana: na descrição dos materiais de construção ou nas particularidades da casa rural, no estudo da distribuição da população ou da estrutura e desenvolvimento dos aglomerados populacionais. «Factos de ocupação económica ou apropriação da Natureza» e «Factos de povoamento ou apropriação do território» são os dois tipos fundamentais dos mais marcantes aspectos da Geografia Humana, «isto é, aqueles por que principalmente se exprime na paisagem a presença do homem.» Final-

²² *Ibid.*, p. 7.

²³ *Ibid.*, p. 46.

²⁴ *Ibid.*, p. 57.

²⁵ CATARINO, Fernando — «Preâmbulo» in *A Arrábida...*, p. 5.

mente, os «Factos de circulação participam de duplo carácter, pois tanto servem para a ligação dos grupos de habitações como para a penúria de produtos.»²⁶ A Geografia humana da Arrábida articula-se assim numa estrutura onde os factores naturais jogam um relevante papel explicativo da realidade geográfica: «A razão principal desta distribuição [da população] está no aproveitamento das águas (pesca, salinas, comunicações) e na natureza do solo arável». Porém, a noção de região geográfica como somatório de características físicas e humanas comuns, individualizadas, específicas de um determinado espaço, é aqui já defendida. A terminologia que se procura fixar serve de apoio a uma síntese final. A «pequena região natural» que se propõe estudar nas primeiras páginas possui uma «individualidade geográfica» na conclusão. A Arrábida é «única pela estrutura entre as recentes montanhas portuguesas, polimórfica no relevo, no clima, na vegetação, na forma dos agrupamentos humanos.»

A Arrábida — serra e homens, essa «nesga mediterrânica entre terras e águas atlânticas» está novamente pronta a ser descoberta através de um velho-novo guia para o viajante: *A Arrábida, esboço geográfico* de Orlando Ribeiro.

Para-se sempre à vista do Conventinho e então ouvimo-lo falar largamente sobre a sua serra que frente a nós mergulha naquele mar infinito.

Caxias, Junho de 1986

João Carlos Garcia

²⁶ *Ibid.*, p.

I REUNIÃO DO QUATERNÁRIO IBÉRICO

O estudo de problemas relacionados com o Quaternário tem vindo a despertar um interesse cada vez maior entre os investigadores. Eles inserem-se num campo muito vasto e abarcam vários domínios científicos. É, pois, uma área de trabalho muito atractiva que permite, além do aprofundamento de assuntos específicos, um profícuo trabalho interdisciplinar. Prova disso é o número elevado de comunicações que foram apresentadas por especialistas de vários domínios das Ciências da Terra e do Homem, nomeadamente da Geologia, da Geomorfologia, da Antropologia, da Pré-História. Estas reuniões têm já uma tradição relativamente longa em Espanha, país com muitos mais centros universitários interessados nestes problemas. Para eles, esta primeira reunião ibérica segue-se a uma série de seis Reuniões do Quaternário Espanhol, a última das quais foi a que teve lugar na Galiza, em Setembro de 1983.

Esta Reunião decorreu nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de 2 a 6 de Setembro de 1985, com a presença de cerca de duas centenas de participantes. A sua organização esteve a cargo do *Grupo de trabalho português para o estudo do Quaternário* e do *Grupo espanhol de trabajo del Cuaternario*. Foram apresentadas setenta e oito comunicações distribuídas pelos diversos temas da Reunião (Quadro I).

Quadro I — DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNICAÇÕES POR TEMAS

Temas	número de comunicações	comunicações sobre problemas do Quaternário português
Glaciarismo.....	14	8
Margem continental — Linha de costa	28	6
Pré-História.....	13	5
Palinologia.....	5	1
Edafologia.....	5	1
Geomorfologia.....	12	4
Antropologia.....	1	1
Total.....	78	26

Os textos integrais das comunicações foram reunidos em dois grossos volumes¹, distribuídos logo no início dos trabalhos. Como as pessoas interessadas os poderão adquirir ou consultar facilmente, dispensamo-nos de referir circunstanciadamente o teor

¹ *Actas — I Reunião do Quaternário Ibérico*, G.T.P.E.Q e G.E.T.C., publicadas com o patrocínio do INIC e da Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1985, 2 volumes, VII + 570 p. e III + 484 p.

das diversas intervenções. Destacamos, porém, aquelas que mais se relacionam com o nosso campo de trabalho — a Geomorfologia. Neste domínio englobamos não só as que foram apresentadas sob este tema, mas também aquelas que possuindo uma forte componente geomorfológica estiveram integradas noutros temas, nomeadamente Glaciarismo e Margem Continental-Linha de Costa.

Os problemas geomorfológicos abordados, no que diz respeito ao território português, podem agrupar-se nos seguintes sub-temas: variações climáticas, acções peri-glaciares, glaciação no Norte de Portugal, evolução do litoral, depósitos quaternários, neotectónica.

Foi muito interessante o contributo global de todas estas comunicações, que vieram esclarecer e confirmar muitas das interpretações mais recentes. Mas, muitas dúvidas ainda ficaram a convidar a uma reflexão mais profunda e a um trabalho de pesquisa sistemático, o qual promete ser exaustivo e longo. As variações climáticas verificadas durante o Quaternário e as suas consequências na evolução geomorfológica constituíram, talvez, o assunto mais constante em todas as intervenções. Em síntese, a constatação da ocorrência de variações climáticas ao longo do Quaternário, e das suas implicações na evolução geomorfológica, foi objecto de análise em muitas das comunicações. Foram apresentados estudos e exemplos em varias áreas do País. Mas, o Quaternário não tem sido apenas uma era marcada por uma sucessão de processos morfológicos relacionados com as condições climáticas. A tectónica tem também imprimido o seu cunho, muitas vezes discreto, mas importante através do jogo dos movimentos que, de uma forma activa, continuam a impor características peculiares na paisagem.

A área de Geografia Física da nossa Faculdade, além de estar representada por quase todos os assistentes, participou nos trabalhos através das comunicações apresentadas por dois docentes, uma sobre problemas do litoral² e outra acerca da glaciação no Norte de Portugal³.

Como complemento importante das sessões de apresentação e discussão dos diversos temas, foram organizadas algumas excursões. A mais longa foi pensada como uma reunião de exposição no terreno, e debate, sobre alguns dos problemas concretos dos estudos quaternários que vêm sendo realizados em Portugal. Referimo-nos à Pré-Reunião que decorreu de 30 de Agosto a 1 de Setembro. Especificamente, foram objecto de estudo as colinas e depressões da Estremadura, os terraços do Rio Alva e o seu panorama arqueológico, a Serra da Estrela, o contacto da Orla com o Maciço Antigo, a região do Baixo Mondego (depósitos quaternários, sua correlação e Neotectónica).⁴

Duas outras visitas de estudo, com a duração de um dia cada uma, tiveram por objectivos os terraços quaternários da Bacia Inferior do Tejo⁵ e as formações plio-quaternárias da Península de Setúbal⁶. Toma-se difícil falar do interesse de todos estes tra-

² ARAÚJO, M. A. — *O estudo do Litoral Norte de Portugal (Região do Porto); alguns problemas metodológicos*, Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico, vol. I, p. 269-279.

³ DAVEAU, S. et DEVY-VARETA, N — *Gélifraction, Nivation et Glaciation d'abri de la Serra da Cabreira (Portugal)*, Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico, vol. I, p. 75-84.

⁴ DAVEAU, Suzanne — *Glaciação da Serra da Estrela — Aspectos do Quaternário da Orla Atlântica*, Livro-guia da Pré-Reunião, G.T.P.E.Q. e G.E.T.C., Lisboa, 1985, 102 páginas.

⁵ ZBYSZEWSKI, G. — *Terraços Quaternários da Bacia Inferior do Tejo*, livro-guia da excursão, G.T.P.E.Q. e G.E.T.C., Lisboa, 1985, 19 páginas.

⁶ AZEVEDO, T. Mira de — *Formações Plio-Quaternárias da Península de Setúbal*, livro-guia da excursão, G.T.P.E.Q. e G.E.T.C., Lisboa, 1985, 58 páginas.

balhos de campo no espaço restrito de uma simples nota, mas remetemos o leitor para os bem elaborados guias de excursão que foram publicados.

Durante todo tempo em que decorreu a reunião esteve patente uma exposição de trabalhos relacionados com o tema do seminário. Aí pudemos observar trabalhos variados, com relevo especial para o material cartográfico publicado por diversos organismos portugueses e espanhóis.

*António de Sousa Pedrosa
Bernardo de Serpa Marques*

IX REUNIÃO DE GEOLOGIA DO OESTE PENINSULAR

De 30 de Setembro a 4 de Outubro de 1985, decorreu na cidade do Porto a IX REUNIÃO DE GEOLOGIA DO OESTE PENINSULAR. A sua preparação e organização esteve a cargo do MUSEU E LABORATÓRIO MINERALÓGICO E GEO-LÓGICO da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, em colaboração com o DEPARTAMENTO DE PETROLOGIA Y GEOQUIMICA da Faculdade de Geologia da Universidade de Oviedo. Participaram nos trabalhos mais de duas centenas de especialistas, na sua maioria geólogos, oriundos de quase todas as Universidades peninsulares e de diversos serviços estatais dos dois países, bem como alguns investigadores franceses e holandeses.

O tema fundamental — *as rochas graníticas da zona galaico-castelhana* — foi explorado através de quase cinquenta comunicações, na intenção de «relacionar os aspectos petrográficos e estruturais da zona galaico-castelhana com os de outros domínios geotectónicos do Maciço Hespérico»¹.

Apesar de se tratar de um tema aparentemente muito especializado, ele despertou também o interesse de geógrafos cujas preocupações dominantes se situam no âmbito da Geomorfologia do Norte de Portugal. De facto, problemas ligados com a «cronostratigrafia dos granitos»², e a tectónica com eles relacionada, são aspectos importantes para a compreensão da morfologia. Por outro lado, a textura e a composição química dos granitos têm muito interesse para a compreensão da relação dinâmica que o meio ambiente desenvolve à superfície da Terra. Sem essa compreensão não nos é possível estudar as formas de modelado, quer quanto aos processos que conduziram ao estado actual da paisagem, quer daqueles que se estão ainda a desenvolver.

Uma rápida passagem pelos resumos das comunicações mostra bem do interesse e da variedade dos assuntos que foram tratados. Destacamos especialmente as que se referiram a estudos das áreas graníticas portuguesas. Estas podem reunir-se em diferentes grupos consoante a temática que privilegiam. Assim, umas versam sobre a composição química de diversos granitos existentes no Norte do País, com algumas tentativas de estabelecimento de uma tipologia. Outras, estabelecem relações entre a génese dos granitos e as fases tectónicas, mostrando a sua importância nas características dos diversos granitos. Em algumas salienta-se, também, a existência de mineralizações e tenta-se uma avaliação das potencialidades económicas dessas jazidas.

Simultaneamente realizaram-se alguns «posters» em que foram apresentados trabalhos recentes, ou ainda em curso, com exposição das metodologias adoptadas e dos resultados já apurados.

O carácter prático dos trabalhos pode avaliar-se pela importância que foi dada às excursões, que ocuparam metade dos dias em que decorreu a reunião. A primeira, or-

¹ 2.^a Circular de apresentação e divulgação da Reunião.

² Narciso Ferreira, Bernardo de Sousa e Rogério Macedo — *Cronostratigrafia dos granitos da região de Moimenta da Beira — Tabuaço — Penedono*, IX Reunião de Geologia do Oeste Peninsular — Programas/Resumos/Lista dos Participantes, volume sem paginação.

ganizada por investigadores do Departamento de Petrologia e Geoquímica da Universidade de Oviedo, teve por tema as «rocas graníticas de las Rias Bajas (Galicia, NW de Espana)». O seu objectivo foi «...la observación y estudio de los ejemplos de unidades hercínicas que constituyen puntos de referencia en las clásicas clasificaciones granulíticas del Macizo Hesperico español en su sector N-occidental. Nos referimos concretamente a las llamadas: serie de llas «granodioritas precoces» y serie de las «granodioritas tardias». Como veremos la terminología, así utilizada, es imprecisa tanto en el sentido temporal como en el petrográfico y geoquímico pero constituyen por si dos términos conceptuales de gran interés para internarse en los problemas de la temática granítica... En la excursión nos proponemos mostrar, ...diversos aspectos muy poco conocidos de los cortejos básicos e intermedios ligados a las «granodioritas precoces» ... e... algunos aspectos de la geometría, tipología granítica, estructura y fácies graníticas que suelen tener los plutones circunscritos de la familia de las «granodioritas tardias»»,³

A segunda excursão foi dedicada aos granitos do Noroeste de Portugal, com incidência especial nos que se situam na área da folha 9 B — Guimarães, da Carta Geológica de Portugal na escala de 1:50 000, em fase de publicação. Foi uma opção interessante, dado que se trata de uma região que preocupa vários geógrafos e que corresponde a uma lacuna na cobertura geológica de pormenor já publicada. Assim, foram-nos dado a conhecer alguns elementos importantes sobre esta área, materializados concretamente no «mapa geológico simplificado de Guimarães» que foi reproduzido no guia da excursão⁴.

*Tendo em conta uma classificação dos granitóides relativamente à sua época de instalação e tomando como referência a fase de deformação intra-vestefaliana (304 + 10)*⁵, foram observados: granitos ante e sintectónicos na Senhora da Lapa (Calvos — Guimarães) e na Pedreira de S. Cristóvão (Souto — Lordelo — Guimarães); granitos sintectónicos em Moledo do Minho, granitos tardi e postectónicos no Alto da Penha (Guimarães) e, ainda, granitos postectónicos nas pedreiras de Lages (S. Maria de Airão — Guimarães). Foram também observados, em S. Sabagudo (Silvares — Fafe), rochas vaugneríticas que até este momento são apenas conhecidas nesta área de Portugal.

A última saída teve por objectivo a observação do complexo gneissico da Foz do Douro, desde a estrada de circunvalação até à desembocadura do Douro. Esta faixa metamórfica, muito complexa, tem preocupado vários geólogos desde que Carlos Teixeira, em 1970, publicou um trabalho sobre o assunto. Durante a visita foram observados vários afloramentos, contactos litológicos, cisalhamentos e falhas. Estas observações foram acompanhadas de diversos esclarecimentos e provocaram uma viva troca de impressões, com discussão sobre as hipóteses levantadas. Foram abordadas algumas das opiniões que têm sido expressas em vários dos estudos já realizados, quer nos de índole petrográfica, quer nos que se preocupam especificamente com a datação. Porém, «a localização, no tempo, das fases de deformação apontadas só será possível depois de fazer uma datação criteriosa de todas as fácies descritas. No estado actual dos conhecimentos os factos sugerem a existência de um complexo intrusivo em formações xistentas anti-

³ L.G. Corretge, A. Cuesta, G. Gallastegui y O. Suarez — *Guía de Excursiones — Rocas Graníticas de las Rias Bajas (Galicia — NW España)*, IX Reunion de Geologia del Oeste Peninsular (1985), Departamento de Petrologia e Geoquímica — Universidad de Oviedo, p. 1.

⁴ M. Montenegro de Andrade, F. Sodrê Borges & F. Noronha. — *Excursão geológica na região de Entre Douro e Minho, Livro-Guia das Excursões a realizar em Portugal*, IX Reunião de Geologia do Oeste Peninsular, Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências das Universidade do Porto, p. 4.

gas (*ante-câmbrias*), tendo o conjunto sido posteriormente afectado por diversas fases de deformação».⁵

No decurso deste Encontro, mais uma vez tivemos a oportunidade de trocar impressões sobre a interdependência existente entre certos aspectos da Geologia e alguns fenómenos geomorfológicos. Daí a necessidade de uma razoável preparação geológica para todos aqueles que se dedicam à investigação em Geografia Física.

*António de Sousa Pedrosa
Bernardo de Serpa Marques*

⁵ F. Sodr e Borges, M. Marques, & F. Noronha — *Excursão geológica no Complexo Gnaisse da Foz do Douro, Livro-Guia das Excursões a realizar em Portugal IX* Reunião de Geologia do Oeste Peninsular, Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 5.^a p. do artigo.

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CARTOGRAFIA TEMÁTICA E CADASTRAL

A Associação Portuguesa de Fotogrametria e Detecção Remota organizou o *I Seminário Nacional de Cartografia Temática e Cadastral*, que teve lugar nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, nos dias 14 e 15 de Outubro de 1985. O Objectivo da Associação foi promover um debate nacional com o fim de analisar «a situação do País nos domínios da Cartografia Temática e Cadastral»¹. Foram convidados técnicos estrangeiros, bem como responsáveis governamentais e autárquicos, tendo o Seminário sido também aberto a todos os técnicos e cientistas nacionais, que estivessem interessados em participar nos debates e/ou a contribuir com comunicações. Pretendia-se assim «coligir o máximo de informação sobre os dois temas básicos do Seminário» e «contribuir para o estudo da nova legislação a ser urgentemente promulgada com vista à resolução do problema premente do cadastro geométrico e fiscal português, sensibilizar técnicos e governantes para a necessidade premente da Cartografia Temática como base da gestão governativa e do Ordenamento do Território, e ainda apresentar os actuais conceitos e tecnologias de realização dessas imprescindíveis cartografias».¹

O Seminário reuniu mais de duas centenas e meia de participantes de diversas Universidades portuguesas, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do Instituto Geográfico e Cadastral (IGC), do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (CNROA), e de outros organismos estatais, nomeadamente de diversos G.A.T. (Gabinetes de Apoio Técnico) e, ainda, dos órgãos de administração municipal.

As cerca de trinta comunicações apresentadas trouxeram-nos uma panorâmica das diversas vertentes em que o tema principal pode ser desdobrado: utilização das técnicas de detecção remota para o conhecimento científico do território; organização do cadastro geométrico da propriedade; contribuição da Cartografia Temática para o Ordenamento do Território; diagnóstico da situação actual da Cartografia em Portugal e necessidade do seu desenvolvimento.

Em várias comunicações foram apresentadas técnicas utilizadas, e a utilizar, no aproveitamento das imagens obtidas através de satélites, nos diversos domínios científicos. Demonstrou-se como o processamento dessas imagens permite a elaboração de mapas temáticos com certa facilidade e economia de tempo. Mas, também, ficou clara a contribuição que delas se pode tirar para o aprofundamento dos conhecimentos científicos de base.

Um dos temas que mais interessou os participantes foi o da problemática relacionada com o Cadastro Português. O assunto foi objecto de uma longa exposição da autoria do Director Geral do Instituto Geográfico e Cadastral. Para além da incontestada necessidade da sua extensão a todo o território, foram analisados os problemas decorrentes da sua elaboração, conservação, manutenção e permanente actualização. Trata-se de um meio indispensável para o conhecimento preciso da utilização do espaço e para o seu ordenamento. Este objectivo é, sobretudo, prioritário em Portugal para per-

¹ Da primeira circular enviada a anunciar a realização do Seminário.

mitir o desenvolvimento de uma política agrária coerente, nomeadamente no que diz respeito ao «emparelamento da propriedade rústica enquadrado numa política de ordenamento rural, visando criar estruturas fundiárias que permitam melhores produtividades do trabalho e da terra, por forma a relançar a agricultura portuguesa»². Foi claro, em todos os intervenientes, o desejo e a convicção da premência da cobertura total do País no mais curto espaço de tempo. Constatou-se que esse objectivo só poderá ser concretizado mediante a utilização de mais meios financeiros, maior mobilização humana e técnica, e, fundamentalmente, a colaboração dos diversos organismos com capacidade e vocação para este tipo de trabalhos. A eficiência e a qualidade podem ser reforçados pela cooperação dos organismos que actualmente estão encarregados desta tarefa, com outras que estão igualmente interessados na sua realização e utilização. É notória a falta que o Cadastro Geométrico faz no Norte e no Centro do País, a área mais montanhosa, onde a terra arável está mais repartida, e onde os problemas do emparelamento adquirem maior acuidade.

As virtualidades da Cartografia Temática estiveram presentes em quase todas as comunicações, não só como expressão espacial de determinados fenómenos que as ciências estudam, mas também como instrumento de apoio ao planeamento e à administração municipal.

«É forçoso constatar que da cartografia temática depende em boa parte o processo de ordenamento: sem uma correcta base biofísica e sócio-económica não será possível alicerçar, opções de desenvolvimento a longo prazo. Não se deverá esquecer, porém, que embora esta seja uma condição necessária não é suficiente, ou seja, a uma mesmo que excepcional cartografia temática não corresponderá automaticamente um correcto ordenamento: a acumulação de dados de caracterização não terá qualquer sentido se posteriormente o seu tratamento e processamento não for o adequado ou se não houver vontade política e/ou meios para implementar as propostas de ordenamento e gerir o território de acordo com elas...»

...«Os dados a incluir na cartografia temática com vista ao ordenamento do território terão que ser (OREA, 1980) significativos, operativos e precisos, para além de facilmente obtíveis (facilidade esta considerada em termos relativos, como é óbvio). Nem todos os dados poderão à partida possuir todas estas características pelo que será necessário explicitar uma ou outra limitação superável com todo o tempo.»

«A exactidão das cartas temáticas é tanto mais de exigir no âmbito dos trabalhos de ordenamento quanto mais numerosas forem as integrações efectuadas para se obterem sínteses de caracterização de condicionantes ao uso (unidades ambientais); como é sabido, a exactidão da combinação de várias cartas é igual ao produto da exactidão de cada uma delas.»³

Como pano de fundo de toda a problemática discutida no Seminário esteve, naturalmente, o estado de desenvolvimento da Cartografia em Portugal. Este aspecto tem de ser observado de diversos ângulos: a especulação teórica, a sua aplicação em domínios específicos e, muito especialmente os ligados à Geografia e, ainda, os que dizem respeito à cobertura do País por mapas de várias escalas com informação acessível à generalidade dos cidadãos. Ora, é neste último domínio que se notam as lacunas mais salientes, uma vez que a maioria dos mapas temáticos cuja publicação se vem fazendo

² José Macário Correia — *O Cadastro da Propriedade Rústica e o Ordenamento Fundiário*, comunicação ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, Lisboa, Outubro de 1985, dactilografada, p. 3.

³ Alexandre d'Orey Cancela d'Abreu — *Cartografia Temática e Ordenamento da Paisagem*, comunicação ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, Lisboa, Outubro de 1985, dactilografada, p. 5-6.

desde há vários anos ainda não consegue cobrir todo o território nacional. E, como os trabalhos conducentes à realização destes mapas começam geralmente pelo Sul, o Norte do País é a área mais desprovida destes preciosos instrumentos de trabalho.

Numa das suas comunicações⁴, António da Silva e Castro apresenta um quadro de síntese acerca da situação actual da cartografia a escala de 1:50 000 ou superior, quadro esse que se reproduz (Quadro I).

Quadro I

ESCALA	TIPO DE CARTA	SITUAÇÃO
1:50000	Carta Geológica de Portugal (S.G.P.)	Incompleta; seria desejável estender a todo o país estudos do tipo dos desenvolvidos para a região de Setúbal em 1980 pelo L.N.E.C.: Cartas de Unidades Geotécnicas, Geomorfológicas e Hidrológicas.
1:50000	Carta de Solos (CNROA)	Não cobre todo o país. Reconhecimento insuficiente para esta escala.
1:50000	Carta de Capacidade de uso dos Solos (CNROA)	Baseia-se em dados erróneos, critérios estáticos indefinidos. Utilizável com precaução não cobre todo o país.
1:25000	Carta Militar de Portugal (S.C.Ex.)	Carta com elevada qualidade. Algumas folhas bastante desactualizadas.
1:25000	Carta Complementar dos Solos (CNROA)	Não cobre todo o país.
1:25000	Carta Complementar da Capacidade do uso dos Solos (CNROA)	Baseia-se em dados erróneos, critérios estáticos e indefinidos - não cobre todo o país. Utilizável com muita precaução.
1:25000	Carta agrícola e florestal de Portugal (CNROA)	Cobre cerca de 3/4 do país. Mais ou menos desactualizada conforme as regiões. Facilmente actualizada com fotografia aérea recente.
1:10000	Cartas topográficas (Vários autores)	Informação correcta para fins específicos. Informação normalmente deficiente para algumas actividades. Teria interesse a execução de ortofotocartas, principalmente em zonas sem cartografia a este nível.
1:5000 1:2000	Cartas cadastrais (IGC)	De difícil acesso, antigas, fraca qualidade. Cobre só metade do país.
1:2000 1:1000	Cartas topográficas (DGPU)	Cartas adequadas para estudos urbanos. Falta de Informação para outras actividades.

Dos dez mapas constantes do Quadro apenas um, a Carta Militar de Portugal, na

⁴ António da Silva e Castro — *Realização de Cartografias especiais a nível concelhio*, Comunicação ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, Lisboa, Outubro de 1985, dactilografado, p. 6.

escala de 1:25 000 — está completo. Mesmo assim, não consegue acompanhar o dinamismo das mutações da paisagem, pois algumas das suas folhas ainda estão referidas a datas relativamente recuadas, embora nas áreas de maior desenvolvimento tenha existido o cuidado de as actualizar. Esta situação é preocupante, mas mais grave ainda é o facto de, muitas vezes, se verificai que, apesar de insuficiente, nem do que existe se tira o devido proveito. Neste sentido é de salientar a conclusão n.º 2.9 deste Seminário onde se pode ler: «O Seminário notou com preocupação o frequente desconhecimento, por parte dos utilizadores autárquicos, das cartografias existentes, seus produtores e formas de acesso. Igualmente se constatou, por parte de técnicos autárquicos e até governamentais, algumas deficiências na utilização das Cartografias disponíveis, quer por desabitação, quer por reduzida formação académica nestes domínios»⁵.

Foi visível a existência no País de organismos com capacidade técnica e meios disponíveis para a realização dos trabalhos adequados ao prosseguimento das tarefas necessárias para completar e aperfeiçoar as publicações em curso ou, até, para lançar novas iniciativas. Igualmente ficou demonstrado através dos trabalhos apresentados que há investigadores que dominam as técnicas necessárias para levar a bom termo essas tarefas. Mas, o que nos parece é que esses meios, quer materiais, quer humanos, estão adstritos a variados organismos e instituições, o que provoca uma grande dispersão e descoordenação de esforços. É óbvio que, sobretudo quando os meios materiais não são abundantes, é da coordenação e da acção colectiva que podem nascer os grandes empreendimentos. Este esforço conjunto é imperativo, se se desejar ultrapassar as dificuldades e insuficiências do presente. Mas que não se confunda colaboração com concentração. Aproveitemos a lição da experiência, pois «...é normal neste país reconhecer-se a necessidade e as vantagens da *coordenação*. Só que também é habitual neste país, sempre que a mesma é iniciada, rapidamente transformar-se em *centralização*, *paralisação*, *incapacidade* e *prejuízos*.»⁶

As insuficiências não se situam apenas no domínio da cartografia de pormenor, mas também tem existido no que diz respeito aos mapas de síntese. Maria Helena Dias apresentou uma comunicação em que se debruçou sobre a necessidade de um *Atlas de Portugal*. Nada melhor que o resumo que a própria autora apresentou para nos dar uma ideia abreviada deste problema.

«...A inexistência de um atlas nacional actualizado, de índole geográfica, constitui uma das preocupações da comunidade científica portuguesa, sobretudo sentida pelo «grande público» para quem é mais difícil o acesso à informação cartográfica disponível. Fonte indispensável para o conhecimento das múltiplas facetas de um país e seu «cartão de visita» para além-fronteiras, é também imprescindível em quaisquer decisões e intervenções, justificando-se que sejam envidados todos os esforços para a concretização de tal projecto. A publicação de um atlas nacional exige, no entanto, disponibilidade em meios técnicos especializados, humanos e materiais, que são actualmente incompatíveis por qualquer organismo isoladamente. Assim, só é possível conceber esse projecto numa ampla colaboração entre todas as entidades interessadas no desenvolvimento da cartografia temática.»⁷ Na sua exposição recordou a tentativa do Centro de Estudos Geográficos, de Lisboa, para a elaboração de um Atlas de Portugal e referiu-se ao empreendimento em curso com a publicação do Atlas do Ambiente.

⁵ Conclusões e Recomendações do I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, dactilografado, p. 5.

⁶ António da Silca e Castro — *Realização de Cartografias especiais a nível concelhio*, comunicação ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, Lisboa, Outubro de 1985, dactilografado, p. 1.

⁷ Maria Helena Dias — *A necessidade de um Atlas de Portugal*, do resumo da comunicação apresentada ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral.

É curioso ter-se constatado, mais uma vez, a existência de variados trabalhos e de estudos dispersos, isolados, que no conjunto traduzem uma grande quantidade de informações, e da qual não tem sido, por isso, possível retirar toda a utilidade e consequências. Urge tomar medidas adequadas no sentido da criação de um *banco de dados geográficos*, já que «...a informação geográfica constitui o núcleo de qualquer sistema integrado de informações para suporte da gestão dos recursos ambientais, nomeadamente os renováveis e não renováveis, do solo e subsolo, infra-estruturas, paisagem rural e urbana etc., tanto a nível nacional como regional».

«Por outro lado é evidente a relação íntima entre a capacidade de planeamento e de gestão e a qualidade das informações de suporte. A inexistência destas últimas, a sua falta de qualidade ou indisponibilidade, são as grandes responsáveis pelas grandes deficiências de todos conhecidas nos domínios do ordenamento do território e da sua eficiente gestão».

«Mas gerir ou governar um território e os seus recursos humanos, económicos e ecológicos implica a compreensão das respectivas interacções e da sua consideração nas tomadas de decisão. A natural complexidade destas interacções exige por sua vez uma progressiva capacidade de aquisição, de correlação e de análise desses dados ou informações».⁸

A fim de definir objectivos, coordenar a participação dos diferentes organismos interessados num *projecto global de cartografia*, inventariar os meios técnicos e humanos disponíveis e definir prioridades, torna-se necessário estabelecer um organismo adequado. Com essa finalidade foi discutida a criação de um Conselho Nacional de Cartografia. A ideia da constituição deste organismo não é de agora; ela foi já objecto de uma tentativa legislativa em 1984 com o projecto de lei n.º 343/III. O Seminário discutiu novamente o problema e entendeu «...ser de grande urgência a criação do Conselho Nacional ou Superior de Cartografia, o qual deverá actuar como órgão de estudo e coordenação da Cartografia e ainda de informação ao Governo para uma política nacional do sector».⁹

A este organismo competiria delinear e acompanhar o desenvolvimento de toda a política cartográfica. Ele deveria pautar a sua actuação tendo em vista também «...uma grande função didáctica a nível de governantes, técnicos e escolas, por forma a garantir a futura utilização correcta, intensa e inteligente, de todas as formas cartográficas, implementando igualmente a sua produção e utilização a todos os níveis, governamental, autárquico e privado».¹⁰

Durante os dois dias em que decorreram as sessões esteve em exposição toda uma série de documentos demonstrativos das possibilidades da cartografia temática e cadastral.

Fantina Maria Tedim Pedrosa
António de Sousa Pedrosa
Bernardo de Serpa Marques

⁸ António da Silva e Castro — *Impulsos para uma base de dados geográficos (um critério de avaliação)*, comunicação apresentada ao I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, Lisboa, Outubro de 1985, dactilografada, p. 1. ⁹ Conclusões e Recomendações do I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral, dactilografado, p. 6 (recomendação 3.2).

¹⁰ *Conselho Nacional de Cartografia*, texto distribuído aquando do I Seminário Nacional sobre Cartografia Temática e Cadastral.

«VARIAÇÕES DO NÍVEL DO MAR NO FIM DO QUATERNÁRIO:
MEDIDAS, CORRELAÇÕES E APLICAÇÕES NO FUTURO»:

— *O projecto 200 do programa internacional de
correlação geológica e os investigadores portugueses*

Na parte final da IV Reunião do Quaternário Ibérico, aquando da reunião do grupo Português, e na sequência da elaboração das conclusões do tema «Margem Continental — linhas de costa», foi salientada a necessidade de os investigadores portugueses participarem no chamado «Projecto 200».

Este projecto integra-se no Programa Internacional de Correlação Geológica (IGCP). Os objectivos estão enunciados no próprio título do projecto: «Variações do nível do mar no fim do Quaternário: medidas, correlações e aplicações no futuro».

Com data de 20 de Janeiro de 1986, foi distribuída uma circular em que se apontavam os principais objectivos do projecto e se convocavam os interessados para uma reunião, a realizar nas instalações da Universidade do Minho, nos dias 12 e 13 de Março de 1986.

Essa reunião constou de 2 partes:

I — Apresentação e discussão de temas relacionados com o projecto 200

II — Visita a alguns pontos do litoral minhoto.

I — O Prof. G. Soares de Carvalho fez o enquadramento do projecto 200 relativamente a outros projectos internacionais sobre o Quaternário. Seguidamente o Dr. Hipólito Monteiro, como representante para Portugal da Comissão executiva do projecto, apresentou o relatório das actividades realizadas em 1985, bem como uma previsão para o ano de 1986.

Seguiu-se uma exposição do Prof. Soares de Carvalho sobre a evolução do litoral minhoto, focando, nomeadamente, casos flagrantes de desrespeito por parte do Homem dos equilíbrios naturais, verificados na área de Ofir.

Posteriormente, de acordo com os tópicos previamente indicados aquando da inscrição neste encontro, fizeram-se nove curtas intervenções sobre temas vários, algumas apoiadas na apresentação de diapositivos e seguidas de discussão.

Os temas em discussão cobriram interesses muito variados, tais como a influência da neotectónica nos depósitos do litoral, a variação climática e do nível do mar no Würm e no Flandriano e suas relações com o património arqueológico submerso, e ainda certos aspectos relacionados com a dinâmica litoral nossa contemporânea.

Além disso, foi salientada a impossibilidade de estabelecer uma história plausível da evolução litoral no Quaternário sem a existência de uma série de datações de origem radiométrica ou polínica que permitam o estabelecimento de correlações, de outro modo muito aleatórias, dada a complexidade dos fenómenos em estudo.

II — No dia 13 de Março realizou-se uma saída de campo, sob a orientação do Prof. Soares de Carvalha, destinada a ilustrar alguns dos aspectos do litoral minhoto.

Foram primeiramente observados fenómenos de dinâmica actual nas proximidades

do estuário do Cávado. Em Ofir, a necessidade de proteger do avanço do mar certas construções, imprudentemente situadas sobre a duna primária, vai produzir, a curto prazo, a incidência da erosão em locais situados para sul dos esporões construídos, produzindo, assim, uma transferência do problema, cujos custos terão que ser colectivamente suportados.

Em seguida, na praia da Gelfa e do Porto da Vinha, a norte de Viana do Castelo, foi analisada a ocorrência de artefactos do tipo «asturiano», bem como o avanço do mar nestas áreas, avanço este que parece ser já antigo, se forem, de facto, defesas contra a erosão litoral certas construções existentes na área de Porto da Vinha.

Finalmente, foi visitada a área das «masseiras» da Aguçadoura, um pouco a norte da Póvoa de Varzim, tendo sido referido o contexto geológico em que elas ocorrem, bem como o interesse económico da extracção das areias eólicas que é, simultaneamente, o trabalho preliminar para a implantação duma «masseira».

A saída de campo revestiu-se do maior interesse, não só pela clareza dos exemplos apresentados, mas também porque permitiu o estabelecimento de contactos informais muito proveitosos entre investigadores de áreas científicas adjacentes e de diversas regiões geográficas. Com efeito, além de representantes da Universidade do Minho, estiveram presentes docentes e investigadores do Porto, de Coimbra e de Lisboa.

A variação do nível do mar resulta da interferência de fenómenos eustáticos e diastróficos.

Por sua vez, os fenómenos eustáticos resultam de causas complexas em que as glaciações assumem um papel preponderante.

Assim, as variações climáticas do Quaternário, além de comandarem a evolução do nível do mar nesse período, determinam intensas modificações ambientais que deram origem a formas de relevo e a depósitos sedimentares cujo estudo permitirá compreender as condições climáticas contemporâneas do Homem primitivo.

Sendo as variações do nível do mar bastante lentas, o estudo da sua evolução quaternária permitirá compreender a tendência reinante em cada região, definir os contrastes existentes entre áreas diversas, e, assim, eventualmente projectar a evolução futura. Evolução em que o Homem, alterando os equilíbrios naturais, como sucede desde o Neolítico, tem um papel determinante, que é necessário estudar e disciplinar.

De facto, muitos dos sedimentos que constituem as praias e dunas actuais são heranças da evolução geomorfológica durante esses períodos. Sendo assim, trata-se de depósitos só parcialmente renováveis, pelo que, qualquer intervenção humana que não tome esse facto em consideração, pode introduzir desequilíbrios traduzidos por fenómenos erosivos irreversíveis.

A posição actual do nível do mar deverá ser entendida como um momento numa evolução, prolongando tendências vigentes durante o Pleistoceno e a transgressão Flandriana.

Esse prolongamento pode traduzir-se por um certo tipo de movimentação diastrófica (neotectónica, glacio-isostasia), ou pela persistência de fenómenos erosivos, ou, pelo contrário, pela deposição de um certo tipo de sedimentos.

É muito vasto o leque de disciplinas científicas que se dedicam ao estudo do Quaternário. Elas vão desde a Neotectónica à Arqueologia, passando pela Climatologia, Oceanografia, Geomorfologia, Sedimentologia e Pedologia.

Como faixas de interacção entre os fenómenos marinhos, continentais e atmosféricos, os litorais são áreas cuja dinâmica actual se reveste de grande complexidade, necessitando, por isso, da colaboração de vários especialistas.

Compreende-se, assim, a necessidade de um trabalho interdisciplinar, em que as fronteiras ainda existentes entre os vários especialistas possam ser facilmente ultrapas-

sadas e em que os resultados da investigação de cada um sejam, rapidamente, do conhecimento de todos os eventuais interessados.

O Projecto 200 vem, assim, responder a uma necessidade de diálogo e colaboração sentida por todos aqueles que se dedicam ao estudo do litoral.

Por outro lado, sendo os litorais, geralmente, áreas de grande concentração demográfica é evidente que qualquer alteração ambiental, nomeadamente um avanço do mar, poderá ter consequência de grande amplitude para as comunidades humanas.

Dai a actualidade e a premência de estudos como aqueles que o Projecto 200 se propõe levar a cabo, já que, além do seu tema ser extremamente motivador, ele se reveste duma grande aplicabilidade em termos práticos.

Os participantes na I Reunião do projecto 200 receberam, pouco depois, uma circular em que era feito um resumo das actividades desenvolvidas nessa reunião bem como do esquema organizativo do projecto.

A próxima reunião terá lugar em Lisboa, no princípio de Outubro, aquando da realização do II Congresso de Geologia.

Ao longo da reunião foi focada pelo Dr. Hipólito Monteiro a circunstância de se tratar dum projecto que, em Portugal, estava a dar os primeiros passos. Daf resultaria uma certa falta de estruturação, mas também muito entusiasmo e uma maior incentivo da criatividade de cada participante. Pensamos que, apesar de tudo, o cuidado que tem sido posto na frequente distribuição de circulares poderá ser indício duma boa capacidade organizativa, sem a qual nenhum projecto pode dar frutos duradouros.

Porto, Maio de 1986 *Maria*

da Assunção Araújo

SEMINÁRIO SOBRE CARTOGRAFIA; CADASTRO E EMPARCELAMENTO

bases para o desenvolvimento regional

Com este título decorreu no Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, em Lisboa, de 7 a 12 de Abril de 1986, uma reunião que interessou cerca de duzentos participantes pertencentes ao sector universitário e aos quadros técnicos do Estado. Foi «...uma iniciativa conjunta, do Instituto Geográfico e Cadastral (IGC), do Ministério das Finanças e Plano, do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária (IGEF), do Ministério da Agricultura e da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), organismo de cooperação técnica da República Federal da Alemanha, com a finalidade de possibilitar o intercâmbio de experiências profissionais entre os participantes nas respectivas áreas de intervenção, conducente ao aprofundamento e actualização dos seus conhecimentos sobre várias disciplinas interligadas com enfoque especial para: a cartografia e a fotogrametria, o cadastro, novos métodos de aquisição e processamento de dados, o emparcelamento, o ordenamento rural e o desenvolvimento regional».¹

As cerca de quarenta comunicações apresentadas podem distribuir-se fundamentalmente pelos seguintes grupos temáticos: técnicas automáticas de obtenção da informação; a Cartografia como instrumento fundamental na recolha e tratamento da informação de base espacial; a Cartografia como auxiliar do conhecimento científico; a Cartografia e o ordenamento do território; a Cartografia como auxiliar da elaboração de projectos técnicos; e, finalmente, o ensino da Cartografia.

De todos estes temas, o que mais comunicações suscitou foi o que se prende com o ordenamento do território, especialmente nos domínios do cadastro e do emparcelamento da propriedade rústica. A primeira intervenção de fundo coube ao Eng.º Galiano Pinto, Director Geral do IGC, que expôs detalhadamente a evolução histórica dos trabalhos cadastrais em Portugal e as linhas mestras da actual política de orientação do Instituto Geográfico e Cadastral, na execução do cadastro geométrico da propriedade. O problema do emparcelamento foi visto de diversos ângulos, desde o diagnóstico da situação da propriedade rústica nos aspectos geográfico e jurídico, passando pelos problemas técnicos do processo, até ao relato de algumas das lições que a execução de projectos em curso tem já permitido extrair. Ouvimos com insistência defender a necessidade de actualização e correcção das regras legais que presidem às operações de emparcelamento rural. Foram expostas algumas das dificuldades surgidas no desenvolvimento das operações por não ser, por vezes, fácil o enquadramento legal das soluções técnicas mais adequadas. Como exemplo mais marcante, registamos o das dificuldades existentes no registo das novas propriedades; o Eng.º José Duarte Mendes afirmou mesmo que «...há muitos anos que foram entregues os prédios resultantes do emparcelamento dos perímetros de Estorãos, Cabanelas-Prado e Odeceixe-S. Teotónio e o seu registo continua por fazer. Outras operações estão em vias de conclusão, nomeadamente em Benaciate, S. Martinho do Bispo e Pereira do Campo, e uma das condições ne-

¹ Do prospecto de divulgação e inscrição.

cessárias ao seu sucesso — a possibilidade de uma titulação dos resultados eficaz — não se encontra ainda satisfeita.»¹

O debate sobre o problema do emparcelamento foi complementado com uma visita de estudo ao Baixo Mondego. Aí, os técnicos que planearam e estão a orientar a execução do projecto de emparcelamento do vale do Mondego tiveram a ocasião de apresentar as linhas gerais do empreendimento, e de mostrar algumas das obras já realizadas ou em curso. Naturalmente que o processo de emparcelamento se está a desenvolver conjuntamente com outras realizações, tais como a regularização e fixação do leito do Mondego a jusante da ponte-açude de Coimbra, a reestruturação das redes de enxugo e de rega e o reordenamento da rede viária.

Numa comunicação sobre este mesmo assunto, o Eng.º Agrónomo António Luís Hortas caracteriza a área do Baixo Mondego através da síntese que se transcreve:

- «— Má estrutura fundiária caracterizada pela grande divisão e dispersão da propriedade. Existem 35 000 prédios pertencentes a 9 300 proprietários e cultivados por 7 600 agricultores. Na sua área de influência vivem aproximadamente 90 000 pessoas.
- Existência de elevado número de explorações agrícolas.
- Grande número de explorações sem viabilidade económica.
- Baixa dimensão média das explorações.
- Predomínio da monocultura estival (arroz e milho C/ feijão).
- Deficientes condições de drenagem e enxugo que condicionam a existência duma produção Outono-Invernal.
- Rede de rega deficiente.
- Rede viária de acesso às propriedades pouco satisfatória.
- Solos com problemas de salinidade.
- Ocorrência de cheias frequentes.
- Grande número de prédios encravados.
- Degradação progressiva dos solos pela ocorrência de quebradas»³.

O mesmo autor aponta os benefícios que poderão advir do emparcelamento dos campos do Baixo Mondego, com as seguintes «vantagens»:

- «Diminuição do custo das infra-estruturas (menos caminhos e rede de rega por ha).
- Estabelecimento de uma rede de comunicação mais adequada.
- Reabilitação de melhoramentos fundiários, designadamente o estabelecimento de uma adequada rede de rega e drenagem.
- Incremento da produtividade do trabalho agrícola, além de criar condições ao desenvolvimento de outras acções que o complementam.
- Concentração predial e de explorações»³.

Outro exemplo apresentado foi o do projecto que se está a desenvolver na Cova da Beira, com apoio de técnicos alemães e utilização de tecnologia avançada. Foi des-

² José Duarte Mendes — *O Panorama Português de Emparcelamento e a sua Base Legal* — comunicação apresentada ao Seminário sobre Cartografia Cadastro e Emparcelamento, Lisboa, Abril de 1986, dactilografada, p. 14.

³ António Luís Hortas — *O Projecto de desenvolvimento Agrícola do Baixo Mondego*, comunicação apresentada ao Seminário sobre Cartografia..., sem numeração 7.^a e 17.^a páginas.

crito o ensaio realizado, coro indicação dos elevados custos, felizmente suportados por organismos internacionais. Achamos interessante o desenvolvimento do processo e os resultados obtidos. Oxalá fosse possível a sua aplicação prática em todas as outras áreas carenciadas de projectos idênticos. Interrogamo-nos, porém, se não se tratará apenas do mero desenvolvimento teórico de processos economicamente inviáveis, num país que precisa de fazer investimentos financeiros criteriosos.

Também neste campo da reestruturação fundiária podemos, e devemos, ter em conta a experiência europeia, que foi trazida ao Seminário através das intervenções dos participantes alemães. Uma nota de contraste: o emparcelamento em Portugal tem sido fruto da iniciativa do Estado, enquanto que, em alguns outros países europeus, já é uma necessidade sentida pelos proprietários que «frequentemente constituem associações que têm (...) um carácter cooperativo e beneficiam de ajudas estatais, administrativas e financeiras».⁴

Recentemente, na Europa, «o emparcelamento defrontou-se com novos problemas técnicos. Além do reagrupamento da propriedade dividida, tornava-se necessária a existência de prédios que pela situação, forma e tamanho se adaptassem à moderna técnica agrícola. Simultaneamente surgiram novas possibilidades técnicas para regular com mais eficácia a utilização agrícola, o teor de água do solo e para combater os perigos da erosão pela água e pelo vento. Este tipo de preparação técnica da superfície agrícola útil, não fica completo sem o reordenamento das infraestruturas, dos caminhos e das águas. Para além da reorganização da propriedade e das suas relações jurídicas, também a realização de obras de interesse colectivo se tornou uma tarefa do emparcelamento, cujo objectivo se desenvolveu no sentido de tornar funcional o reordenamento de todos os seus aspectos...»

«Finalmente deve ainda mencionar-se que mais recentemente o emparcelamento se tem limitado cada vez menos aos prédios agrícolas e florestais. O campo e a floresta dependem dos assentos de lavoura e das aldeias. Igrejas e escolas, bancos e lojas, instituições culturais e sociedades cooperativas tornaram-se igualmente essenciais para as regiões rurais. Seria um erro não tomar em consideração o povoamento rural, as aldeias e as cidades».⁴

É óbvio que o ordenamento agrário não pode ser tido como uma premissa isolada no contexto económico, social e geográfico da região. «Tendo em vista as crescentes complexidade económica, cooperação e interdependência a níveis nacionais e supra-nacionais, também a política agrícola e o planeamento agrário só podem ter êxito se forem considerados e realizados em íntima coordenação e integração com os programas gerais de política económica, regional, social e educacional».⁵

Muitos destes trabalhos têm sido facilitados e acelerados por disporem de dados colhidos através das modernas técnicas automáticas. O recurso às imagens obtidas por satélite ou à fotografia aérea tem-se revelado um auxiliar precioso na obtenção rápida de informação. Isto mesmo foi confirmado através de algumas das comunicações. Neste campo, além de várias intervenções dos técnicos alemães, salientamos as duas comunicações que nos transmitiram o que já foi feito em Portugal. O IGC utiliza desde há alguns anos a ortofotogrametria. O LNEC possui um departamento fundamentalmente vocacionado para o tratamento e digitalização das imagens de satélite.

A realidade geográfica tem sido muitas vezes avaliada por processos quantitativos que se correlacionam de forma imperfeita com a base espacial a que dizem respeito. É o caso das estatísticas que pretendem uma desagregação espacial que não correspon-

⁴ E. C. Laepple — *Emparcelamento e Ordenamento Rural nos Países da Comunidade Europeia*, comunicação ao Seminário sobre Cartografia..., p. 5 e 3.

⁵ Holgel Magel — *Base de Planeamento Prévio de estruturas Agrárias*, comunicação ao Seminário sobre Cartografia..., p. 1.

de a áreas delimitadas por divisões administrativas, como acontece, por exemplo, com a distribuição da população por lugares. Aqui, o recurso a uma cartografia de pormenor é fundamental «Um dos aspectos indispensáveis...» à execução de um recenseamento da população «...é, sem dúvida, a existência de material cartográfico adequado que permita não só o planeamento das operações de campo, como uma boa recolha onde sejam facilmente localizáveis os edifícios, os limites administrativos e as secções de recenseamento, para além de permitir um controlo mais eficaz».

«Para produzir estatísticas bastante desagregadas geograficamente toma-se imprescindível dispor de uma estrutura de apoio que permita, na fase de recolha, referenciar imediatamente todos os dados a uma determinada área pré-codificada e que acompanhará sempre, em termos de registo, essa base de dados».⁶

Muitas outras aplicações da Cartografia foram objecto de comunicações. Foi amplamente demonstrado o auxílio que ela pode dar às diferentes ciências, nomeadamente à Meteorologia, à Geologia, ou às diversas componentes das Ciências do Ambiente. Foi também defendido o apoio que a Cartografia presta ao planeamento e execução de obras públicas ou trabalhos técnicos como, por exemplo, rodovias, portos, etc.

O ensino da Cartografia foi também objectivo de debate, mas de uma forma incompleta. Neste momento, usamos a palavra *cartografia* num sentido muito lato, abrangendo todas as operações que se desenvolvem desde a recolha da informação até à elaboração e interpretação de mapas gerais ou temáticos. Ao longo de todo o Seminário, a palavra *cartografia* foi amplamente usada e, até, desgastada. Parecia encerrar diversos conceitos consoante a formação científica de quem a usava. Não vislumbramos que alguém tenha tido a preocupação de definir o conceito base. Talvez por isso tenha sido apresentado como curso vocacionado para o seu ensino o de *engenharia geográfica* que, em nosso entender, não é mais do que um curso de Matemática aplicada, o qual nada tem de «geografia» para além do adjectivo do título. Do plano de estudo ressaltam bem as suas componentes essenciais: Matemática, Física, Astronomia e Geodesia.

Interessante foi a proposta de «...criação, em futuro próximo, e em ligação com a Universidade, de um CENTRO DE DETECÇÃO REMOTA, prioritariamente vocacionado para a formação, concentrando os diferentes domínios de aplicação e onde possam prestar colaboração os diversos especialistas portugueses e, em casos pontuais, estrangeiros convidados» já que «não existe no País, qualquer unidade basicamente apetrechada e vocacionada para o ensino da Técnica de Detecção Remota».

«Com efeito, a Detecção Remota adquiriu já, nos nossos dias, o estatuto de *nova tecnologia* constituindo-se como instrumento indispensável na inventariação dos recursos naturais e em toda a problemática ligada à viabilidade económica e ao enquadramento no meio ambiente. Por isso, em ligação mais ou menos estreita com a Fotogrametria, as técnicas de detecção à distância são actualmente, em todos os países mais desenvolvidos, de aplicação corrente e sistemática nos mais diferentes domínios: oceanografia, pescas, cartografia geológica, geologia aplicada, agricultura e classificação de solos, silvicultura, pecuária, cartografia, geografia, recursos hídricos, ambiente, engenharia civil, planeamento rural e urbano, etc, em suma, em todos os programas de inventário, controle e racionalização dos recursos naturais e das actividades humanas»⁷

Como balanço final, ficou-nos a impressão de que há no nosso País muitas possibilidades de trabalho, bom equipamento disperso por diferentes organismos, serviços sub-aproveitados e pessoas preparadas a trabalhar isoladamente, sofrendo as limitações

⁶ Fernando Simões Casimiro — *A Cartografia como Instrumento de Base nos Recenseamentos da População e outras Operações Estatísticas*, comunicação ao Seminário sobre Cartografia..., p. 1 e 5.

⁷ Luís Severo Marques Gonçalves — *A Detecção Remota no Ensino Superior (Domínio da Geologia)*, comunicação apresentada ao Seminário sobre Cartografia..., p. 5 e 1.

financeiras e técnicas que, obviamente, daí resultam. Por outro lado, há uma tendência tradicional dos portugueses para subestimarem os trabalhos nacionais, curvando-se reverentemente perante tudo o que é estrangeiro, mesmo de valor inferior. Assim, consegue-se transformar as nossas carências numa ideia de subdesenvolvimento que não é mais que servilismo.

As potencialidades e capacidades de realização dos técnicos nacionais ficaram demonstradas em muitos dos trabalhos expostos e durante todo o tempo em que decorreu o Seminário. É evidente que se poderia ir muito mais longe em diminuição do esforço individual, se pudesse haver uma cooperação efectiva entre os vários Serviços. Torna-se urgente gizar esquemas de coordenação, com vista a uma melhor gestão dos equipamentos, maior economia de recursos financeiros e humanos, e, conseqüentemente, aumento da eficácia do esforço conjunto. É preciso, de uma vez para sempre, ultrapassar o individualismo dos diversos serviços.

Às Universidades, nomeadamente às de concepções mais clássicas, cabe também um papel fundamental na cooperação com outros organismos de carácter técnico, administrativo ou social. Elas devem também participar nas intervenções de planeamento e de ordenamento do território, ajudando a preservar as características fundamentais da paisagem.

*Fantina Maria Tedim Pedrosa
António de Sousa Pedrosa
Bernardo de Serpa Marques*

REFLEXÕES EM TORNO DE UM CONGRESSO O 13.º
CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL

Na sequência do último Congresso Europeu realizado em Budapeste, leve lugar em Braga, entre 1 e 4 de Abril de 1986 o 13.º CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL — Estratégias de Sobrevivência na Sociedade Rural: Continuidade e Mudança.

Com cerca de 230 comunicações e várias centenas de participantes de países de toda a Europa (e também outros países como U.R.S.S., U.S.A., Brasil, Benim, Egipito...), o Congresso constituiu um fórum de salutar troca de reflexões entre investigadores de todos os quadrantes das Ciências Sociais.

Os grupos de trabalho foram em número de 21 respeitando temas como:

1. Progressos Teóricos em Sociologia Rural.
2. Problemas metodológicos da observação participante num contexto Europeu.
4. Novos tipos de relação entre cidade e campo.
5. Processos e mercados de trabalho em áreas rurais.
6. Os agricultores e o complexo agro-alimentar.
7. Efeitos sociais das políticas agrícolas.
8. Corporativismo na agricultura: pactos sociais e domínio das corporações nos campos.
9. O campesinato em perspectiva histórica.
10. Grupos domésticos e relações homens-mulheres nos campos.
11. Novos tipos de criação de emprego nas regiões marginais.
12. Relações Norte/Sul na agricultura Europeia.
14. Comunidades rurais na Europa.
15. Posse da terra e Reforma Agrária.
16. A Europa e o Terceiro Mundo.
17. Etnicidade, Cultura e Identidade Social.
18. Meio (environment), conflito e planeamento.
19. Agricultura a tempo parcial: resposta à mudança ou tradição?
20. Relações de parentesco e ideologia familiar na Sociedade Rural.
22. A C.E.E. e a política agrícola: representações e práticas Sociais.
24. Práticas Sociais e Direito: tradição e transição.
25. Uma estratégia para as zonas interiores dos campos mediterrânicos.

Paralelamente ao Congresso, várias publicações surgiram:

- Um volume contendo os resumos das comunicações.
- *Aspects du Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais — Coleção de artigos sobre a Agricultura Portuguesa com um Anexo Estatístico.
- O vol. XXVI, n.º 1 —1986 da revista *Sociologia Ruralis* sobre «Perspectivas Portuguesas», Assen Netherlands.
- O primeiro número dos *Cadernos do Noroeste*, Sociedade Espaço e Cultura — Minho terras e gente, Universidade do Minho, Ciências Sociais, Braga, 1986.

Na impossibilidade de fazer um relato/resumo de todos os temas debatidos nos

grupos de trabalho, irei fundamentalmente reflectir acerca de três temas — a crescente fragmentação das estruturas sócio-económicas rurais, a pluriactividade e a dicotomia rural/urbano. A escolha destes temas prende-se com a sua evidente importância para a investigação em Geografia (de resto, os geógrafos estiveram também presentes no Congresso) e pelo peso que tiveram na discussão havida, particularmente nos grupos 4, 5 e 19; a relevância destes temas comprovam-se não só pelo elevado número de participantes e comunicações nestes temas, mas também pela sua presença, quer na sessão de abertura do Congresso proferida por Howard NEWBY, quer na de encerramento por Michael REDCLIFT.

Necessariamente incompleta e pessoal, as reflexões que aqui deixo acerca deste Congresso reflectem sobretudo a visão que me ficou da participação dos grupos 4 e 19. A dificuldade em obter comunicações de outros grupos ou a impossibilidade da ubiquidade são outras tantas causas do carácter incompleto desta reflexão que, espero, não seja de todo inútil para avivar a discussão teórico-conceitual em Geografia.

Nem sempre a preocupação da sistematização e da discussão/reformulação teórico-metodológica esteve presente neste congresso. De qualquer das formas, implícita (mais) ou explicitamente (menos) algumas preocupações maiores não deixaram de envolver os participantes. Pela importância geográfica e pelas repetidas vezes que foram afloradas, queria destacar três problemáticas constantemente presentes;

1. A crescente fragmentação e heterogeneidade das estruturas sócio-económicas rurais
2. A pluriactividade
3. O Rural e o Urbano

1. Embora os problemas do rural do «após- crise» das sociedades industriais do Centro Ocidental (no sentido económico do termo) dominassem às vezes exclusivamente os grupos de trabalho, são de reter algumas das descontinuidades maiores apontadas por NEWBY:

— A emergência de uma economia agrícola dual na Europa; no Este Socialista, entre o sector socializado e o privado; no Oeste, entre a agricultura empresarial de grande escala e a agricultura familiar. Como constante nos dois casos a oposição entre uma agricultura fortemente integrada no mercado, especializada, intensiva em capital e progressivamente enquadrada pela indústria agro-alimentar e uma agricultura de pequena escala, familiar, produzindo para auto-consumo ou para franjas do mercado agrícola cujos produtos são menos sensíveis a economias de escala.

— O fim de uma era de expansionismo agrícola baseado no aumento da produtividade e na substituição do trabalho por capital, que foi um objectivo político indiscutível de quase todos os países Europeus desde o fim da II Guerra Mundial. No momento, os problemas são os do excesso da produção em função da desigual evolução do consumo particularmente devido à estagnação demográfica dos últimos 20 anos, como também os são os que resultam da insolvência de emprego da população agrícola «redundante» e da quebra de preços de determinados produtos agrícolas sobretudo originários da Europa do Norte (cereais, leite e carne).

Embora nem todos os países europeus tenham sido de igual modo tocados por este tipo de políticas — veja-se o caso de Portugal — , a dualidade de que acima se fala é um dado, embora as formas que ela assume sejam diferentes, como diferentes são as modalidades de sobrevivência das formações sociais envolvidas e o papel económico e social da agricultura e da população agrícola. Particularmente no que a Portugal diz respeito, a pequena agricultura familiar que noutros países do Centro Europeu ocupa «interstícios» no mercado de produtos agrícolas, sobrevive às custas de uma articulação crescente com outras esferas económicas; essa articulação não se faz tanto através do mercado de produtos mas sobretudo através da integração parcial da força de traba-

lho enquadrada por famílias agrícolas noutras esferas económicas (industriais, sobretudo) nacionais ou internacionais. No que se refere aos modos de organização da produção, aqui, como no resto da Europa, são também cada vez menos nítidas as formas distintas daquilo que se convencionou classificar familiar/auto-consumo e empresarial/produção para o mercado; são hoje mais que evidentes os tipos de agricultura baseados

em formas familiares de organização do trabalho cuja produção não se destina para o auto-consumo, quer em franjas hortícolas de centros urbanos, quer em áreas onde o potencial mercado não existe localmente, mas onde formas cooperativas ou capitalistas de transformação e venda atingem as economias de escala necessárias para pôr em contacto os consumidores e os pequenos produtores.

É a variedade destas modalidades (estratégias?) de sobrevivência desta agricultura familiar (que nunca foi objecto explícito de incentivo ou apoio económico por parte de políticas estatais) juntamente com a oposição com o sector empresarial que toma a realidade sócio-económica agrícola cada vez mais heterogénea e fragmentada, em oposição às tipologias convencionais da conceptualização até agora utilizada, nomeadamente no que diz respeito às «Sociedades Camponesas».

Villaverde Cabral dá-nos uma perspectiva interessante acerca do «éclatement» do campesinato português. Contrariamente às três tipologias principais apresentadas para a Europa Ocidental — abandono da terra, transformação em empresários modernos, integração na cadeia agro-alimentar —, o autor defende três hipóteses:

1. «A maioria das explorações familiares portuguesas não se submeteu plena e nitidamente a nenhuma das três vias indicadas para a Europa Ocidental.»

2. «... apesar da tendência para a diferenciação do campesinato sobre o efeito do desenvolvimento de relações mercantis, as explorações familiares em Portugal estão longe de terem abandonado totalmente os mecanismos da economia camponesa (segundo Tepicht)».

3. Os novos grupos sociais rurais não são susceptíveis de serem assimilados a classes sociais urbanas e industriais.» (p. 7) Assim, a desestruturação do campesinato convencional em Portugal «parece ter dado lugar a três estratos principais (...); os agricultores residuais (envelhecidos, monetariamente dependentes de remessas e transferências sociais); os agricultores a tempo parcial e (...) um pequeno grupo de agricultores abastados e relativamente modernizados (...)» (CABRAL, p. 7).

2. *A Pluriactividade*

Objecto de uma das mais vastas bibliografias em termos rurais (segundo MINGIONE e PUGLIESE) este tema veiculou discussões basto heterogéneas indo desde reflexões conceptuais a teóricas (poucas) até a um diálogo de surdos originado pelas características demasiado formalistas, funcionalistas ou descritivas de muitas das comunicações que a ele se referiram. Estas características são sobretudo o resultado da falta de reflexão conceptual, por um lado, e por outro das formas variadas que a dupla actividade na agricultura assume. Essa variedade de formas depende basicamente de duas ordens de factores:

1 — A forte heterogeneidade da agricultura dita familiar.

2 — Os contextos económico-sociais diferenciados das regiões e dos países onde essa agricultura existe (persiste).

A heterogeneidade de que se fala em 1 admite situações tão contrastadas como aquelas que reveste a agricultura familiar em França — «l'agriculture en France reste essentiellement familiale» (os assalariados agrícolas permanentes constituem apenas 8% da população activa agrícola em 1982), in BODIGUEL, p. 4 —, dimensionada, mo-

terna e fortemente integrada na esfera mercantil (situação facilmente extensível aos países desenvolvidos da Europa Ocidental) e a agricultura familiar portuguesa orientada basicamente para o auto-consumo ou quando muito fornecedora de parte da sua produção para as Indústrias Agro-Alimentares ou Cooperativas (nomeadamente o leite, o vinho, e o azeite) — basicamente uma agricultura que cumpre um papel parcial no rendimento económico da sua população («mais de 80% das famílias agrícolas possuem outras fontes de rendimento», PIRES, p. 6).

A diferenciação inter ou intra-nacional dos contextos económico-sociais contém realidades tão distintas como aquelas que, por exemplo, se verificam entre os países desenvolvidos do Oeste Europeu, os países semi-periféricos como é o caso de Portugal, e os países do Leste Socialista Europeu.

As sociedades desenvolvidas pós-industriais estão, segundo NEWBY, a chegar ao fim de uma era de expansionismo agrícola — caracterizado pelo aumento da produtividade, a substituição do trabalho por capital, a procura de equalização do rendimento entre a agricultura e a indústria e a formação de um excesso de força de trabalho na agricultura com o conseqüente êxodo rural e agrícola —, vendo-se confrontados com a retracção da procura de força de trabalho extra-agrícola que dificulta essa mobilidade para a *população agrícola redundante* (c. f. NEWBY, p. 3 a 5). As crises do «Estado Providência», do modelo «Fordista» de acumulação¹, os choques petrolíferos, o desemprego tecnológico, a recessão, as deseconomias de aglomeração industrial e urbana, enfim, a CRISE, redefinem o papel da agricultura, da população agrícola e dos espaços rurais cada vez mais interpenetrados por outras actividades. Os números apresentados por M. BODIGUEL para França são bastante convincentes desta situação.

Evolução do número de agregados rurais segundo a classificação sócio-profissional da pessoa de referência.

	1962	1968	1975	1982	<u>1982</u> <u>1962</u>
Agricultores	37.9%	36.1%	27.6%	21.2%	— 4.4%
Assalariados agríc.	9.4	7.7	5.2	3.5	— 62.7
Patrões da Ind. e Com.	12.4	12.1	11.7	11.6	— 6.4
Prof. liberais	1.5	1.8	3.6	5.5	+ 266.7
Quadros médios	3.5	4.3	6.9	10.3	+ 194.3
Empregados	3.4	4.0	5.9	5.7	+ 67.6
Operários	28.6	30.7	35.4	38.4	+ 34.3
Pessoal de serviço	1.4	1.5	1.8	1.7	+ 21.4

¹ O modelo Fordista de acumulação é genericamente caracterizado pelos seguintes processos:

- i) Forte aumento da produção e da produtividade.
- ii) Redistribuição de parte dos lucros assim obtidos através de uma constante renegociação de salários directos e indirectos pelos sindicatos, organizações patronais e o Estado.
- iii) Conseqüente aumento do poder de compra, da procura e do estímulo à produção.
- iiii) Papel mediador do Estado enquanto agente regulador da produção (directamente, através do sector nacionalizado ou indirectamente através das políticas cambiais, energéticas, de crédito...), do mercado de trabalho (leis laborais) e do consumo (função assistencial ao nível da implementação e manutenção de equipamentos sociais, das transferências monetárias sob forma de subsídios, pensões, reformas ou ajudas a áreas ou sectores em crise...).

Outros	1.9	1.8	1.9	2.1	+ 10.5
Total de activos (000)	3.631	3.026	2.822	3.159	—
Reformado	26.5	36.4	49.4	47.2	+ 78.0 —
Outros inactivos	13.4	12.7	12.2	8.4	37.3

Fonte: M. BODIGUEL, p. 7

Repare-se que em 1975 o n.º de agregados operários suplantava, no campo, o dos agregados dos agricultores e assalariados agrícolas reunidos; de ressaltar também o acréscimo espectacular das profissões liberais, quadros superiores e quadros médios — entre 1975 e 1982 o aumento da população das «Communes» urbanas foi de + 2.2% enquanto que o das rurais se cifrou em + 6.2% (p. 8).

Esta situação é, segundo BODIGUEL abrangente a outros países da Europa assim como ao Japão e aos E.U.A. — «nos E.U.A. a parte da população não agrícola na população rural cresceu rapidamente: 38% em 1920, 62% em 1950, 84% em 1970 e 90% em 1980» (p. 22). Em França esta «vitalidade rural» toca sobretudo as regiões providas de uma boa armadura urbana, em particular a Bacia Parisiense, Normandia, Loire e o litoral Atlântico e Mediterrânico (p. 10). De salientar o papel dos movimentos de «retour à la campagne»: «assistimos hoje ao fenómeno inverso daquele que permitiu o desenvolvimento das cidades (...) o fenómeno é particularmente importante nas «communes» rurais péri-urbanas e num raio de 20 Km à volta das pequenas cidades» (BODIGUEL, pp. 11 e 14). O peso dos reformados urbanos tem também um papel fundamental na transferência de rendimentos para áreas rurais e na sua expansão económica «... a geração dos reformados do ano 2000 será ainda maior» (p. 4).

Nos países semi-periféricos e menos desenvolvidos como é o caso de Portugal, a evolução das formações sócio-económicas locais e a redefinição dos espaços respectivos não seguiu os modelos típicos dos países capitalistas mais desenvolvidos: a agricultura não conheceu o redimensionamento, a mercantilização e a capitalização semelhantes aos espaços anteriormente referidos, tal como o desenvolvimento industrial não foi minimamente absorvente da força de trabalho libertada pela agricultura camponesa. Daí que a dita agricultura ao invés de desaparecer (pelo menos temporariamente), transformou-se num viveiro de homens que emigrando resolveram a precariedade dos rendimentos familiares e, regressando ou enviando dinheiro, mantiveram a existência dessa agricultura. Entretanto, em áreas tocadas pela vaga recente de industrialização rural, quer em territórios rurais onde a indústria já existia (Vale do Ave, por exemplo), quer naqueles onde ela apareceu pela primeira vez, os agregados domésticos agrícolas encontram formas de equilibrar os seus orçamentos salariais (precários) através da manutenção da actividade agrícola.

Nos países do Leste Europeu (Bulgária, Checoslováquia, Jugoslávia, Polónia, Hungria, R.D.A. e Roménia), depois de uma era de forte industrialização e urbanização (pós anos 50), a agricultura familiar, apesar da estatização, continua a ter um peso crescente e conhece cada vez mais fenómenos de pluriactividade:

- Na Hungria a agricultura privada assegura 1/3 do P.A.B. (ENYEDI, p. 18)
- Na Polónia 75% da terra cultivada pertence a agricultores privados, destes, 30% possuem uma área entre 0.5 e 2 ha (PANKÓW, p. 1); «em média, cerca de 45% das pessoas do campo trabalham na agricultura, 20 a 35% têm dupla actividade e 15 a 30% trabalham fora da agricultura» (idem, p. 2).
- «Na Hungria em 1980, os habitantes rurais eram 178% a mais do que a população agrícola» (VÁGI, nota 3); a proporção de trabalhadores industriais na população rural húngara é maior do que entre a população urbana» (ENYEDI, p. 14); «os trabalhadores suburbanos vivem em casas unifamiliares (parcialmente construídas por eles) com quintais intensamente cultivados e com

criação de animais em alguns» (idem, p. 16); «a indústria manufactureira em áreas rurais emprega 1/4 do total da força de trabalho. A abundância de f.t. barata — quase sempre feminina — atrai para o campo muitas indústrias intensivas em trabalho» (idem, p. 18).

Deste modo, em contextos económico-sociais tão variados como o são os dos países desenvolvidos e dos países menos desenvolvidos do Oeste e os dos países do Centro/Leste Europeu, a pluriactividade, sob inúmeras formas, ganha um papel crescente como garante do equilíbrio orçamental dos agregados domésticos, veiculando formas de articulação cada vez mais intensas entre a esfera agrícola e familiar e a economia alargada. A agricultura a tempo parcial (complementar de outros tipos de actividade e/ou rendimento) é um indicador da «integração entre a agricultura e outros sectores da produção dentro de um território cujo contexto foi agrícola e rural e que hoje é cada vez mais caracterizado pela presença em vários graus de diferentes actividades» (MINGIONE e PUGLIESE, p. 9).

Mais do que apenas a semi-proletarização de agricultores ou de membros das famílias agrícolas em áreas outrora nitidamente rurais e agrícolas, como dizem MINGIONE e PUGLIESE, a realidade das áreas suburbanas do Leste Europeu constituem exemplos de processos mais abrangentes: as políticas agressivas do Eslado Socialista em matéria de urbanização/industrialização levadas a cabo após os anos 50, transferiram muitas populações rurais para áreas suburbanas; paralelamente, a insuficiência ou as dificuldades orçamentais do planeamento central conduziram a uma situação de carência habitacional que foi resolvida pela auto-construção de casas unifamiliares em quintais onde a população imigrada continuou a sua actividade agrícola. Nos países desenvolvidos do Oeste, a revitalização de áreas rurais periféricas das cidades através do «re-lour à la campagne» (ver o artigo de M. BODIGUEL) e/ou do desenvolvimento de actividades terciárias, atestam de uma outra forma as diferentes conjunturas em que a pluriactividade e o plurirendimento se realizam e a importância que detêm no equacionamento de uma agricultura e de um «mundo rural» cada vez mais articulado com outras realidade e outros espaços.

De toda esta exposição há no entanto duas referências que não queria deixar de mencionar:

— A primeira prende-se com o facto de que a pluriactividade deve constituir, para além do formalismo ou do descritivismo da problemática, um tema de investigação que não pode ser visto de «per si», seja do ponto de vista da agricultura, seja integrado no estudo dos «espaços rurais». Deve-se ter em conta que a actividade agrícola é cada vez menos uma esfera autónoma quer em termos de auto-regulação do mercado de produtos, quer do mercado de força de trabalho; que as modalidades de articulação de que a pluriactividade é um exemplo, situam-se, sobretudo para o caso Português, na esfera do mercado de trabalho — emigração, pendulação ou pluriactivos no local — e têm um papel preponderante na reprodução social em geral e na reprodução dos agregados domésticos, em particular.

A segunda diz respeito ao facto de que a pluriatividade não se equaciona apenas em relação à dupla actividade do chefe de exploração mas sim à totalidade do agregado doméstico. Reconhecendo-se o papel destes agregados na mediação sobre as tensões originadas no mercado de trabalho, a pluriactividade surge como uma estratégia de reprodução *familiar* envolvendo mesmo parentes não co-residentes: os autores da Europa de Leste atrás citados referem inúmeras vezes a importância das remessas (monetárias, em géneros alimentícios e em força de trabalho na ajuda da construção da habitação) dos familiares agricultores para os seus parentes «urbanos» ou «peri-urbanos»; tal é a situação também de muito proletariado urbano de primeira geração e das famílias de áreas rurais mais periféricas onde a emigração se fez sentir.

Condensando este quadro teórico e conceptual e nas situações mais características

daquilo que se passa em Portugal, os estudos sobre a pluriactividade devem ser inseridos, para além das suas aproximações quantitativas, no enquadramento mais geral da reprodução social em áreas de industrialização rural difusa, onde a interligação da indústria com o meio rural não se faz apenas através dos familiares ou do chefe de exploração que trabalham na agricultura, mas passam também por determinadas características económicas e sociais que essas áreas contêm — modalidades de valorização do capital na indústria, plasticidade do mercado de procura e oferta de f.t., baixos custos de reprodução, esbatimento das relações capitalistas convencionais... (PIRES, A. R.; REIS, J.; DOMINGUES, A.).

Particularmente para aqueles que insistem em isolar analiticamente a esfera agrícola e as áreas rurais, são bem sugestivas as palavras de NEWBY;

«É provavelmente nos outros sectores da economia (e também noutros espaços) — indústria e serviços — que temos que procurar, se queremos delinear as mudanças sociais futuras (e presentes) da sociedade rural» (p. 16).

3. *O rural e o urbano*

As reflexões anteriores conduzem-nos imediatamente para as questões conceptuais acerca do rural e do urbano. Assumindo, como geógrafos, que as estruturas espaciais (e também a sua articulação e diferenciação) resultam de sistemas e processos sócio-económicos (ideológicos, simbólicos...) que se inscrevem nesses espaços criando padrões territoriais específicos que por sua vez condicionam e materializam aqueles, podemos questionar até que ponto a diferenciação formal e convencional entre «espaços rurais» e «espaços urbanos» corresponde ainda a uma operacionalidade teórico-conceptual do ponto de vista classificatório ou analítico.

Partamos de algumas afirmações sustentadas neste congresso:

«A dicotomia rural/urbano não deve conter nenhum valor interpretativo; quando muito uma maneira convencional de agregar investigação» (MINGIONE e PUGLIESE, p. 1).

«Hoje admite-se que a imagem dicotómica da vida rural e urbana não existe — que uma tal imagem pode tornar difícil o reconhecimento de outras diferenças importantes dentro dessas sociedades (...). Os principais indicadores da diferenciação entre o urbano e o rural — poder e riqueza — são também aqueles que detêm o principal papel na sua diferenciação interna» (PANKÓW, p. 12 e 18).

«A forma e o conteúdo difuso de que se revestiram, em largas porções, os fenómenos de industrialização e de urbanização, assim como a passagem da actividade agrícola às actividades industriais, à construção e obras públicas e aos serviços, que é observada em todo o país sem que isso tenha desencadeado mobilidade geográfica, tornam progressivamente incerto o interesse de uma dicotomia entre a cidade e o campo. Em todo o país os limites destes dois mundos fundiram-se, da mesma maneira que os seus antagonismos de atitudes e valores» (GASPAR, p. 77).

Não há de uma parte um mundo urbano e de uma outra parte um mundo rural mas sim uma sociedade reticular».

(BODIGUEL, p. 1)

Dizer que os critérios sociais determinantes do rural e do urbano são inerentes a situações concretas em regiões determinadas é negar que a sua análise possa ser objecto de teoria geral ou, mais particularmente, de referência a um modelo teórico. Também a Sociologia Rural está hoje num «in passe» conceptual» (idem, p. 26).

Estas e outras afirmações tendo como pano de fundo contextos sócio-económicos claramente distintos, têm como base uma única constatação já apontada atrás; a progressiva heterogeneidade no seio do «rural» e do «urbano» e a crescente articulação entre as esferas da agricultura, indústria e serviços que toma cada vez menos «visível» a convencional associação entre o urbano/industrial, por um lado e o rural/agrícola, por outro.

As diferenças óbvias apontadas neste Congresso entre os processos de urbanização e suburbanização nos países Socialistas do Leste Europeu e os dos países Capitalistas do Oeste reforçam a multifacetagem que o conceito «urbano» pode conter. Da mesma maneira, as assimetrias com que as agriculturas nacionais vão vivendo a «sociedade pós-industrial» apontam-nos para um «rural» demasiado heterogéneo, que por isso mesmo, não é minimamente generalizável. Mesmo conceitos tão usados (e abusados) como o de «mundo camponês» têm sido, segundo BODIGUEL, «uma entidade equívoca; para alguns trata-se de uma população agrícola; para outros, da colectividade inteira, artesãos, comerciantes e outros que vivem com os agricultores e da agricultura» (p. 2). Em revisão estão também modelos «evolucionistas» da progressiva absorção e aniquilamento das formas familiares de organização da produção, particularmente na agricultura; deste ponto de vista a pluriactividade seria analisada enquanto uma etapa transitória do processo de proletarianização da população agrícola familiar atacada em duas frentes pela progressiva concentração fundiária e pelo êxodo rural e agrícola para áreas urbano/industrializadas.

Impõe-se pois uma profunda reflexão teórico-metodológica do (s) conceito(s) de *Espaço Rural* de maneira a ele não constituir um obstáculo epistemológico dadas as variadas e profundas articulações entre as actividades agrícolas de produção (e a sua variedade de formas) e outras actividades não-agrícolas e os diferentes usos do espaço rural que ultrapassam o mero suporte dessa actividade. Estes processos e formas vão desde a «Revolução Rural» apontada por GAVINAUD a propósito dos E.U.A. — «a Revolução Rural aparece como o tempo onde as populações não agrícolas estabelecem o seu domínio nos campos desprovidos da sua exclusiva vocação agrícola» — até à Industrialização Rural Difusa fortemente presente em países como a Itália ou Portugal. A dicotomia rural/urbano assume implicitamente, como sustentam MINGIONE e PUGLIESE «...que as experiências industriais rurais foram transitórias e de duração limitada (...); a força deste género de experiências (como na «Terceira Itália»), em diferentes etapas do desenvolvimento e com outras tecnologias, parece ser hoje muito persistente e constitui uma das mais significativas áreas de fronteiras incertas (entre o rural e o urbano)» (p. 5). Juntamente com a Industrialização Rural Difusa, assistiu-se nos países do Oeste mais desenvolvidos a uma tercearização crescente dos «meios rurais» derivada da implementação e desenvolvimento do «Welfare State».

Certo é que estas mutações dos espaços rurais não seguem os mesmos padrões dentro ou entre os diferentes espaços nacionais, da mesma maneira que são diferentes os processos sócio-económicos que aí se inscrevem. Em países tão pequenos como é o caso de Portugal, são evidentes e profundas as desigualdades das características e evolução dos espaços rurais, embora seja constante a sua crescente articulação com outros espaços (nacionais e internacionais) e actividades.

Desta maneira, qualquer investigação sobre a agricultura ou o espaço rural não pode ser limitada às actividades ou aos usos do espaço exclusivamente agrícolas. À parte do uso do espaço ou das características das actividades das populações, os agregados domésticos agrícolas são cada vez mais apanhados em teias de relações complexas resultando daí configurações espaciais específicas, bem como novas funcionalidades e usos do espaço agrícola. Evitando uma separação artificiosa e mais ou menos convencional da esfera agrícola, a análise deve pois focalizar-se nos processos de produção e reprodução do espaço. Como agentes principais dessa estruturação ocupam um lugar

primordial de análise as modalidades de valorização do capital na esfera mercantil (agricultura, indústria ou serviços), as modalidades da reprodução social e a acção reguladora do Estado nas suas variadas manifestações.

Álvaro A. Gomes Domingues

BIBLIOGRAFIA

(Comunicações apresentadas no Congresso e artigos de publicações de alguma forma a ele ligados)

- BODIGUEL, Maryvone — *«Les Campagnes Françaises à la recherche d'une nouvelle identité»*.
- CABRAL, M. Villaverde — *«Etat et Paysannerie»* in Sociologia Ruralis, vol. XXVI, n.º 1, 1-1986, Assen, Netherlands, pp. 6 a 19.
- DOMINGUES, Álvaro A. — *«Economia e Organização do Espaço Rural»* in Cadernos do Noroeste, Universidade do Minho, Braga, 1986.
- ENYEDI, Gyorgy — *«Urban— Rural Relationship in East Central Europe»*.
- GASPAR, Jorge — *«Le vote Rural»* in Aspects du Portugal Rural, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga, 1986.
- GAVIGNAUD, Genevieve — *«La Révolution rurale: Essai à partir du cos américain U.S. A.»*.
- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico — *The «uncertain borders» of «urban» and «rural»: their evident and initial discussion of the theoretical implication»*.
- NEWBY, Howard — *«Survival Strategies in Rural Society — Continuity and Change»*.
- PANKÓW-KACZOR, Grazyna — *«Countryside and Cities — Partnership or Subordination»*.
- PIRES, A. da Rosa — *«A agricultura a tempo parcial, o desenvolvimento rural e o processo de Planeamento: que relações?»*.
- RÉIS, José — *«L'articulation Agriculture/industrie et les Nouvelles Dynamiques Régionales au Portugal»*.